

# RELATÓRIO DE GESTÃO

2022

Relatório Anual,  
na forma de relato integrado





# SUMÁRIO

|  |    |   |    |
|--|----|---|----|
| SUMÁRIO .....  | 2  | CARTEIRA DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO PERANTE PESSOAS FÍSICAS .....                           | 32 |
| APRESENTAÇÃO .....   | 3  | CARTEIRA DE CRÉDITO PERANTE PESSOAS JURÍDICAS .....                                     | 33 |
| MENSAGEM DO DIRETOR-PRESIDENTE.....                        | 4  | CARTEIRA DE CRÉDITO COMERCIAL .....   | 34 |
| A EMPRESA .....  | 6  | CARTEIRA DE CRÉDITOS PERANTE O FUNDO DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÕES SALARIAIS - FCVS ..... | 35 |
| QUEM SOMOS.....  | 7  | CARTEIRA DE IMÓVEIS NÃO DE USO.....   | 36 |
| NOSSO NEGÓCIO.....   | 9  | GESTÃO ORÇAMENTÁRIA .....   | 38 |
| ESTRUTURA ADMINISTRATIVA.....                              | 10 | GESTÃO TRIBUTÁRIA .....   | 38 |
| AMBIENTE E CONTEXTO .....                                  | 12 | GESTÃO FINANCEIRA .....   | 39 |
| INTERNALIZAÇÃO DAS CARTEIRAS DE CRÉDITOS DA CAIXA .....    | 12 | GESTÃO DE PESSOAS .....   | 40 |
| PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO – PND .....            | 12 | GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS .....  | 43 |
| POLÍTICAS PÚBLICAS.....                                    | 14 | GESTÃO PATRIMONIAL E DE INFRAESTRUTURA.....   | 44 |
| GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO .....                  | 15 | GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO .....  | 44 |
| GOVERNANÇA .....   | 16 | RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL.....  | 45 |
| PRINCÍPIOS DE GOVERNANÇA .....                             | 16 | CONSULTORIA JURÍDICA.....   | 45 |
| MODELO DE GOVERNANÇA .....                                 | 16 | RISCOS, CONFORMIDADE E PERSPECTIVAS.....  | 46 |
| INSTÂNCIAS DE GOVERNANÇA .....                             | 17 | ESTRUTURA DE GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS .....                                | 47 |
| INSTRUMENTOS DE GOVERNANÇA.....                            | 18 | GESTÃO DE RISCOS .....  | 48 |
| GERAÇÃO DE VALOR .....                                     | 20 | CONTROLES INTERNOS .....  | 51 |
| ESTRATÉGIA .....   | 23 | AUDITORIA INTERNA .....   | 51 |
| PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA EMGEA.....                     | 23 | AUDITORIA INDEPENDENTE.....   | 52 |
| PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO ..... | 27 | PERSPECTIVAS .....  | 55 |
| DESEMPENHO .....   | 29 | ROL DE RESPONSÁVEIS .....   | 56 |
| RESULTADOS DA GESTÃO ECONÔMICA .....                       | 29 | RELATÓRIO DE INSTÂNCIA OU ÁREA DE CORREIÇÃO.....  | 58 |
| RESULTADO ECONÔMICO .....                                  | 30 | PARECER DE COLEGIADO.....   | 58 |



# APRESENTAÇÃO

Este Relatório de Gestão, na forma do Relatório Anual (Relato integrado), tem o objetivo de apresentar, aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade, a prestação de contas das atividades realizadas pela **EMPRESA GESTORA DE ATIVOS S.A. - EMGEA** no exercício de 2022.

Foi elaborado nos termos das seguintes exigências legais e regulamentares:

- Constituição Federal, Art. 70, parágrafo único;
- Lei nº 8.443/1992;
- Lei nº 13.303/2016, Art. 8º, inciso IX;
- Decreto nº 8.945/2016, Art. 13, inciso IX;
- Instrução Normativa TCU nº 84/2020;
- Decisão Normativa TCU nº 198/2022;
- Orientações complementares registradas no Portal do Tribunal de Contas da União - TCU.



# MENSAGEM DO DIRETOR-PRESIDENTE

Com uma gestão baseada em ética, transparência e comprometimento, celebramos resultados expressivos em 2022. Mesmo diante de um cenário de mudanças macroeconômicas em todo o Brasil, a Emgea registrou o lucro de R\$ 358,21 milhões no exercício e um crescimento de 3,62% do Patrimônio Líquido, que atingiu R\$ 11,84 bilhões.

O resultado, contabilizado neste Relatório de Gestão, é fruto do intenso trabalho para garantir a eficiência operacional e do constante esforço dos colaboradores da Emgea para ampliar a arrecadação de recursos originários da gestão de ativos da Empresa, que fechou o exercício de 2022 com R\$ 16,25 bilhões em ativos totais.

Neste cenário, os créditos da Empresa perante o Fundo de Compensação de Valorizações Salariais - FCVS foi o de maior representatividade (86,48% dos ativos totais) e que trouxe, via processos de novação firmados com a União, recursos em espécie e em títulos públicos federais no montante de R\$ 672,05 milhões, importante fonte de recursos que possibilitam a realização de diversas obrigações da Empresa, dentre elas o pagamento das prestações mensais da dívida com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, principal passivo da Emgea. As negociações de créditos imobiliários de pessoa física também foram relevantes, com arrecadação de R\$ 117,35 milhões. A alienação de imóveis não de uso, por sua vez, foi responsável por cerca de R\$ 75,72 milhões arrecadados em 2022.

Para elucidar os resultados, cabe destacar a magnitude das operações tratadas no âmbito da Emgea. A Empresa pública é responsável pela administração de ativos em montante superior a R\$ 110 bilhões em saldo operacional e R\$ 15 bilhões em saldo contábil líquido de ativos de difícil recuperação.

Em termos de melhorias operacionais, o ano de 2022 foi de grandes conquistas. A performance das ações internas de gestão dos negócios foi tão relevante que refletiu na certificação de boas práticas de governança,

colocando a Emgea entre as 28 empresas públicas com melhores indicadores do ano.

A certificação concedida pelo então Ministério da Economia no 6º Ciclo de Avaliação do Indicador Sest (IG-Sest), conferiu nota de excelência à estatal na prestação de contas à sociedade, gestão de riscos, conformidade, controles internos, integridade, código de conduta e conselhos.

A conquista motivou outro processo importante. Iniciamos, ainda em 2022, uma nova etapa de adaptações com um olhar institucional sobre a promoção da equidade, diversidade e responsabilidade ambiental.

Uma das grandes mudanças já implementadas foi a normatização do mínimo de cargos a serem ocupados por mulheres na Empresa. Com o objetivo de assegurar a pluralidade no ambiente de trabalho, elas já ocupam 55,26% das vagas e cerca de 44,44% dos cargos de gestão. Na esfera socioambiental, priorizamos a tramitação dos processos por meio eletrônico, que resultou na redução de papéis de cerca de 23,78% (2020 a 2022) em relação ao período antes da pandemia (2017 a 2019).

No âmbito do Plano de Negócios 2022-2024, passamos por uma revisão completa do Planejamento Estratégico, para atender a Resolução CPPI nº 242/2022, alterada e aprovada pela Resolução CPPI nº 256/2022, que trata das modalidades de desestatização da Emgea, no âmbito do Programa Nacional de Desestatização - PND.

Nesse contexto, desenvolvemos uma análise ampla do cenário interno e externo à Empresa, que nos permitiu estabelecer novos pilares e indicadores que, por sua vez, consideraram o cenário legal existente, as novas diretrizes e o novo cronograma de ações proposto para o Projeto de Desestatização da Emgea.

No que diz respeito a este processo, a Emgea prestou, ao longo do exercício, todas as informações necessárias à condução do processo por parte do então Ministério da Economia, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico



e Social - BNDES e, no segundo semestre de 2022, do Tribunal de Contas da União - TCU, entidade responsável por avaliar e atestar a desestatização da estatal.

Também foi aberta ao mercado, por meio de plataforma eletrônica, a Sala de Informações sobre o Processo de Cessão Onerosa dos Lotes A e B das carteiras de créditos da Emgea, prevista na Resolução CPPI nº 242/2022, alterada e aprovada pela Resolução CPPI nº 256/2022. A plataforma conta com diversas Empresas credenciadas, gerando alta expectativa de concorrência no processo de alienação parcial de ativos da Empresa.

Para 2023, seguimos trabalhando para atender às demandas eminentes relacionadas aos processos e estratégias em andamento, para garantir a sustentabilidade financeira da Empresa e continuar com a valorização do nosso bem mais valioso, os colaboradores da Emgea.

É importante ressaltar que o Relatório de Gestão referente ao ano de 2022, na forma de relato integrado, foi elaborado com a participação de todas as unidades organizacionais da Empresa e observadas as orientações do TCU. Declaramos a integridade das informações contidas neste documento.

Atenciosamente,

Rodrigo Brandão de Almeida

Diretor-Presidente

# A EMPRESA



# QUEM SOMOS

## PROPÓSITO

Monetizar os ativos sob a gestão da EMGEA em prol do interesse público.

## MISSÃO

Gerir e recuperar ativos sob a gestão da EMGEA.

## VISÃO

Prover as melhores soluções para a gestão de ativos da EMGEA.

## VALORES

Ética    Transparência  
Excelência operacional  
Integridade  
Comprometimento  
Meritocracia

A Emgea, com sede em Brasília, é uma Empresa de gestão de bens e direitos provenientes da União e de entidades integrantes da administração pública federal.

A Emgea foi criada pelo Decreto nº 3.848, de 26.6.2001, com base na autorização contida na Medida Provisória nº 2.196-3, de 24.8.2001, que estabeleceu o Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais - Proef.

Constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, a partir da alteração do Estatuto Social ocorrida em 21.11.2017, é uma Empresa pública federal não financeira, vinculada ao Ministério da Fazenda.

O objeto social da Emgea prevê que sua finalidade é adquirir bens e direitos da União e das demais entidades integrantes da administração pública federal, podendo, em contrapartida, assumir obrigações destas. Tem ainda a possibilidade de prestar serviços de cobrança administrativa para créditos sob gestão da Secretaria de Gestão do Patrimônio da União - SPU.

Desta forma, os ativos (bens e direitos) podem ser adquiridos por meio de assunção de obrigações das entidades transmitentes, por aumento de capital ou contra pagamento.

O capital social da Emgea, totalmente integralizado pela União, é de R\$ 9.057.993.039,73 (nove bilhões, cinquenta e sete milhões, novecentos e noventa e três mil, trinta e nove reais e setenta e três centavos), dividido em 9.057.993 (nove milhões, cinquenta e sete mil, novecentas e noventa

e três) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. A totalidade das ações é detida pela União.

Quando da constituição da Empresa, a operação inicial envolveu a cessão, pela Caixa Econômica Federal - Caixa, de R\$ 26,61 bilhões em contratos de financiamentos imobiliários, grande parte deles oriundos do antigo Sistema Financeiro da Habitação - SFH. Em contrapartida, a Emgea assumiu montante equivalente de obrigações da Caixa, compostas por dívidas junto ao Fundo de Desenvolvimento Social - FDS, ao Fundo de Apoio à Produção de Habitações para a População de Baixa Renda - Fahbre e, em maior percentual, perante o FGTS.

A cessão por si só não garantiria o equilíbrio econômico financeiro, uma vez que o ativo era composto por créditos de difícil realização, enquanto o passivo assumido em contraprestação, tinha um fluxo de pagamento líquido e certo. Para fazer face a este desequilíbrio, a União transferiu à Emgea, a títulos de integralização inicial de capital, recebíveis de Eletrobrás/Itaipu, suficientes para a operação da Empresa nos primeiros anos de sua existência.

Na sequência, em 2003, ainda na fase de constituição, a União efetuou uma nova integralização de capital no valor de R\$ 4,25 bilhões, por meio da transferência de uma nova tranche de créditos imobiliários também originados e detidos pela Caixa.

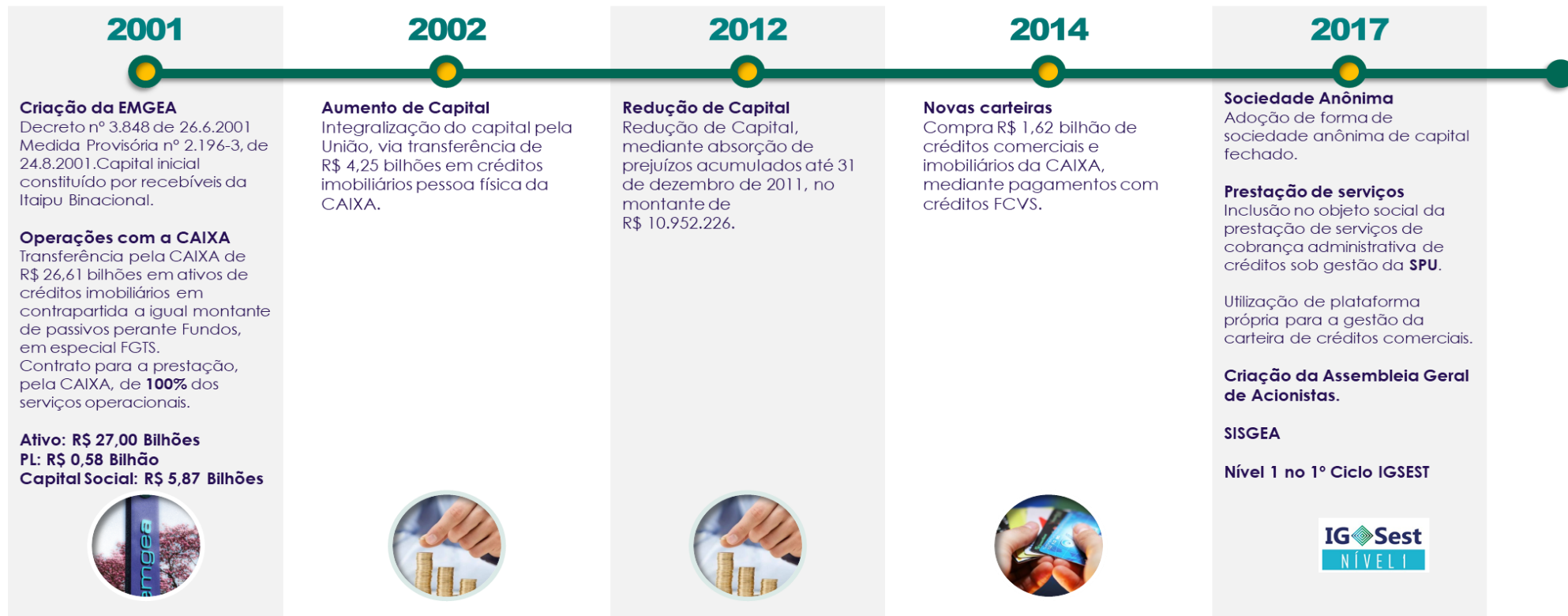
Em 2014, a partir de proposta da Caixa, a Emgea adquiriu, daquela



instituição, mediante pagamento com créditos perante o FCVS, ativos no montante de R\$ 1,62 bilhão, constituídos por contratos de operações de crédito comercial e de crédito imobiliário.

A partir da alteração do Estatuto Social ocorrida em 21.11.2017, a Empresa passou a adotar a forma de sociedade anônima de capital fechado e passou

a contar com uma Assembleia Geral de Acionistas, que se tornou o órgão máximo de governança corporativa da Empresa. Essa mesma alteração estatutária ampliou o escopo de atuação da Emgea para prestar, ao amparo da Lei nº 13.465/2017, serviços de cobrança administrativa de créditos sob gestão da SPU.







## NOSSO NEGÓCIO

Tendo como atividade principal a gestão de ativos – bens e direitos – provenientes da União e de entidades integrantes da administração pública federal, a Emgea desenvolve e implementa soluções financeiras para a recuperação de créditos, na maioria em elevada inadimplência.

Para isso, busca e prioriza soluções conciliatórias, tanto na esfera administrativa como na judicial, para incentivar a liquidação ou a reestruturação das operações, objetivando o máximo valor alcançável, ponderados os aspectos institucionais, jurídicos, financeiros, contábeis, tributários e as características dos créditos.

A Emgea tem sede e foro em Brasília. A Empresa não possui unidades descentralizadas, porém atua em todo o território nacional, por intermédio de Empresas contratadas para a prestação de serviços,

incluindo o atendimento aos devedores e a aplicação das medidas negociais aprovadas para a recuperação dos créditos.

Na cadeia produtiva da Empresa, as carteiras de operações de crédito – imobiliário, comercial e perante pessoas jurídicas dos setores privado e público – compõem os ativos primários. O processo de recuperação desses créditos pode originar dois outros tipos de ativos (secundários): créditos perante o FCVS e imóveis não de uso.

Os créditos perante o FCVS decorrem de contratos de crédito imobiliário com previsão de cobertura pelo FCVS. À medida que as operações são liquidadas ou renegociadas, são gerados créditos perante o FCVS. Esses créditos são convertidos em títulos públicos federais e em espécie – mediante a novação, com a União, das dívidas do Fundo, nas condições previstas na Lei nº 10.150/2000.



Os imóveis não de uso são oriundos de dação em pagamento ou da realização de garantias por meio de adjudicação, arrematação ou consolidação de propriedade, que são medidas extremas adotadas para a recuperação dos créditos, especialmente dos créditos imobiliários, depois de esgotadas as ações de cobrança.

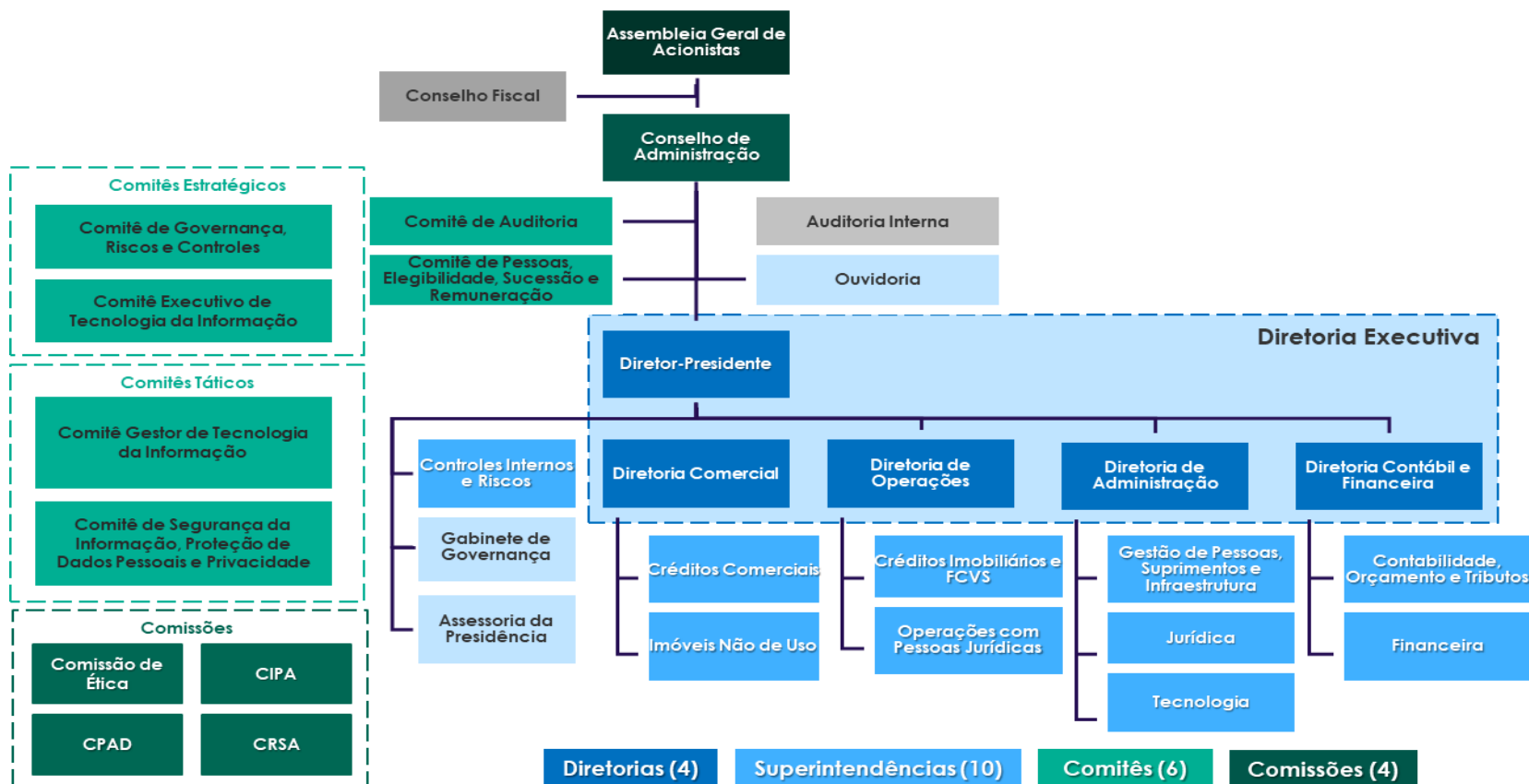
Esses imóveis são ofertados à venda nas modalidades previstas na legislação (concorrência pública ou venda direta), com vistas a concluir a

recuperação do crédito e fazer ingressar recursos financeiros no caixa da Empresa.

A atuação da Emgea tem permitido dar tratamento a ativos com alto risco de crédito bem como o cumprimento de políticas públicas com a regularização dos contratos habitacionais de milhares de famílias e cidadãos brasileiros.

## ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

A **estrutura administrativa** da Emgea é definida em seu Estatuto Social e a organização administrativa e funcional, no Regimento Interno.





São órgãos estatutários na Emgea a Assembleia Geral, o Conselho de Administração, a Diretoria Executiva, o Conselho Fiscal, o Comitê de Auditoria e o Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração.

A Assembleia Geral é o órgão deliberativo máximo da Empresa, com poderes para deliberar sobre todos os negócios relativos ao seu objeto. O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva exercem a alta administração da Empresa.

Vinculadas ao Conselho de Administração e reportando-se diretamente a ele atuam quatro unidades: o Comitê de Auditoria, o Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração, a Auditoria Interna e a Ouvidoria.

Subordinados à Diretoria Executiva, quatro comitês exercem o papel de órgãos de apoio à gestão: Comitê de Governança, Riscos e Controles - CGRC, Comitê Executivo de Tecnologia da Informação - Ceti, Comitê de Segurança da Informação, Proteção de Dados Pessoais e Privacidade - CSI e Comitê Gestor de Tecnologia da Informação - CGTI.

Vinculadas ao Diretor-Presidente atuam quatro Diretorias: Diretoria Comercial - Dicom, Diretoria de Operações - Diope, Diretoria de Administração - Dirad e Diretoria Contábil e Financeira - Difin.

Além das Diretorias, atuam vinculados ao Diretor-Presidente:

- Assessoria da Presidência - Asses;
- Gabinete de Governança - Gabin; e

- Superintendência de Controles Internos e Riscos- Suris.

Subordinadas às Diretorias atuam as Superintendências:

- à Diretoria Comercial - Dicom, a Superintendência de Créditos Comerciais - Supec e a Superintendência de Imóveis Não de Uso - Sumov;
- à Diretoria de Operações - Diope, a Superintendência de Créditos Imobiliários e FCVS - Sucre e a Superintendência de Operações com Pessoas Jurídicas - Supej;
- à Diretoria de Administração - Dirad, a Superintendência de Gestão de Pessoas, Suprimentos e Infraestrutura - Supes; a Superintendência de Tecnologia - Sutech e a Superintendência Jurídica - Sujur;
- à Diretoria Contábil e Financeira - Difin, a Superintendência de Contabilidade, Orçamento e Tributos - Sucor e a Superintendência Financeira - Sufin.

Além dos Comitês, a Emgea conta também com quatro Comissões, como órgãos de apoio à gestão: Comissão de Ética, Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - Cipa, Comissão Permanente de Avaliação de Documentos - CPAD e Comissão de Responsabilidade Socioambiental - CRSA.



## AMBIENTE E CONTEXTO

### INTERNALIZAÇÃO DAS CARTEIRAS DE CRÉDITOS DA CAIXA

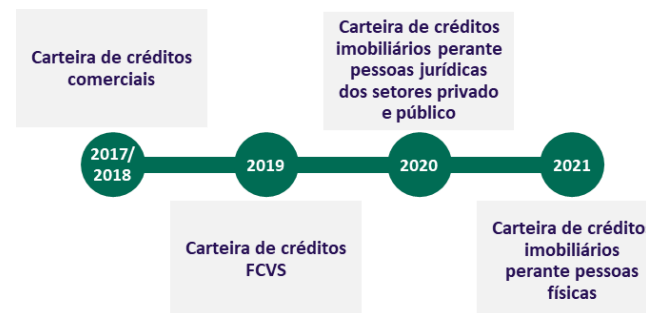
Em 2017 foi iniciado o desenvolvimento, na própria Emgea, de uma plataforma de negócios interna para a gestão dos seus ativos: o Sistema de Gestão de Ativos - Sisgea, ferramenta de suma importância na gestão dos negócios da Emgea e que possibilitou a internalização de parte dos contratos da carteira de créditos comerciais.

De 2019 a 2021, por questões econômicas, a Emgea internalizou a operacionalização de suas carteiras de crédito e de imóveis não de uso, e, conseqüentemente, migrou para outros fornecedores os serviços até então prestados pela Caixa, com o objetivo de reduzir a dependência de um único fornecedor nos processos operacionais e de equacionamento do fluxo de caixa da Empresa, haja vista os elevados custos da operação antes mantidos com a Caixa.

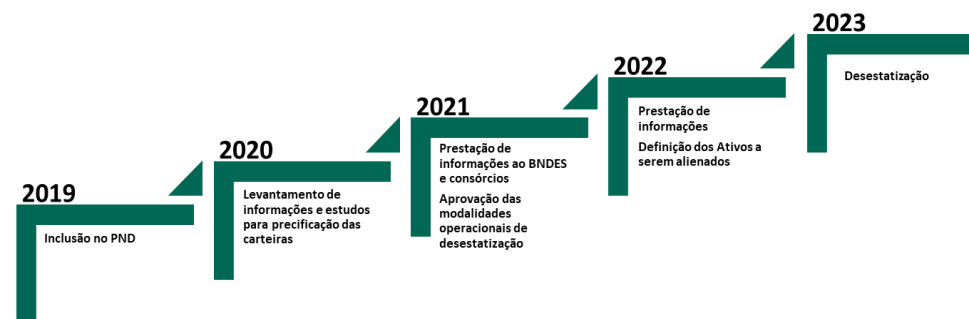
Nas contratações de terceiros foi priorizada a remuneração dos fornecedores pelos serviços prestados pelo critério de performance ou taxa de sucesso (*success fee*), o que permitiu a conseqüente redução de custos fixos.

Remanescem ainda pendências operacionais e financeiras derivadas do processo de internalização, que estão sendo priorizadas e conduzidas levando-se em conta as orientações do Ministério Supervisor quanto ao direcionamento do processo de desestatização da Emgea, que em seu modelo atual prevê, além da venda de parte dos ativos, a cisão parcial da Empresa, com versão de parcela do seu patrimônio à Caixa.

A eficiência operacional continua sendo tratada como prioridade pela Administração da Emgea, com revisão de processos e aprimoramento de controles operacionais visando o aumento da produtividade e a redução de custos, além do constante esforço de contenção de despesas administrativas.



### PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO – PND



Em setembro de 2019, por meio do Decreto nº 10.008, de 5.9.2019, publicado no Diário Oficial da União - Dou em 6.9.2019, a Emgea foi incluída no PND, nos termos da Lei nº 9.491/1997 e do Decreto nº 2.594/1998.

Em 12.9.2019, a Emgea depositou suas ações em favor do Fundo Nacional de Desestatização - FND, como determina o Art. 18 do Decreto nº 2.594/1999.

O BNDES, gestor do FND, é o órgão responsável pela execução e acompanhamento dos atos necessários à desestatização da Emgea.

A Emgea, desde 2020, vem prestando ao BNDES e aos seus respectivos Consórcios contratados as informações necessárias à precificação de suas



carteiras, e que resultaram na definição das modalidades de desestatização mais apropriadas para a Empresa.

Dentro do processo de desestatização da Empresa, foram publicadas três diferentes resoluções pelo CPPI, definindo as modalidades operacionais. Em vigor temos a Resolução nº 256 de 20.9.2022, que aprovou e alterou a Resolução nº 242 de 24.6.2022.

Em 8.9.2021 foi publicada a Resolução CPPI nº 200, de 25.8.2021, (ratificada pelo Decreto nº 10.863, de 19.11.2021) sendo a primeira resolução que aprovou as modalidades operacionais de desestatização da Emgea (alienação de ativos e dissolução societária), à época, e recomendou ao Presidente da República que o prazo previsto no Art. 3º do Decreto nº 9.589, de 29.11.2018, para a convocação da Assembleia Geral que tratará da dissolução societária da Empresa seja contado a partir de um dos seguintes marcos temporais, o que ocorrer primeiro:

- notificação da Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos do Ministério da Fazenda à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional da conclusão da desestatização da última carteira (carteiras de ativos e de imóveis da Emgea); ou

- 30 de junho de 2022.

Nos termos da citada Resolução, a alienação das seguintes carteiras de ativos e de imóveis da Emgea ficará a cargo do BNDES:

- Carteira Comercial Pessoa Física;
- Carteira Habitacional Pessoa Física;
- Carteira Setor Público;
- Carteira de Imóveis Não de Uso; e
- Carteira Habitacional Pessoa Jurídica.

Em 24.6.2022 foi publicada a CPPI nº 242 que revogou a Resolução CPPI nº 200/2021 e conseqüentemente os prazos comentados anteriormente.

A Resolução CPPI nº 242, foi a segunda resolução publicada e revisou as modalidades de desestatização da Emgea no âmbito do PND, nos termos do disposto nos incisos IV e V do art. 4º da lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, que compreendem a alienação parcial de ativos (Carteira Habitacional Pessoa Jurídica - Lote 1 e Carteira Habitacional Pessoa Física - Lote 2), seguida de dissolução societária da Emgea precedida de cisão parcial da Empresa, com versão de parcelas de seu patrimônio à Caixa após manifestação favorável do TCU em relação a todo o processo de desestatização da Emgea.

A Resolução CPPI nº 256, publicada em 20.9.2022, aprovou e alterou a Resolução CPPI nº 242, e definiu que os seguintes ativos e passivos serão vertidos para a Caixa:

- créditos das Carteiras da Emgea, inclusive eventuais remanescentes dos Lotes 1 e 2, créditos perante o FCVS e outros ativos;
- obrigações financeiras junto ao FGTS.

De forma mais detalhada, a resolução definiu que serão vertidos créditos perante o FCVS em montante necessário para garantir que o valor dos ativos incorporados seja suficiente para cobrir o valor do passivo, somadas as despesas operacionais previstas em razão da incorporação e as despesas projetadas inerentes à operação, sendo priorizados na incorporação os créditos perante o FCVS aptos à novação.

As modalidades de desestatização da EMGEA, a partir da aprovação da desestatização da Empresa pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

O Decreto nº 11.110, publicado em 29 de junho de 2022, revogou o Decreto nº 10.863/2021, ratificou a Resolução CPPI nº 242/2022 e estabeleceu novo marco temporal para o início da contagem do prazo, não sendo mais necessária a convocação de Assembleia Geral para a dissolução societária até o dia 30 de junho de 2022, como previsto no caput do art. 3º do Decreto nº 9.589 de 29 de novembro de 2018. O novo marco temporal passou a ser considerado a partir da notificação da Secretaria Especial do



Programa de Parcerias de Investimentos do Ministério da Economia à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional de que houve a conclusão da alienação parcial de ativos e da reestruturação societária de que tratam os art. 4º e art. 12 da Resolução CPPI nº 242/2022.

A Resolução CPPI nº 242/2022 revogou a Resolução CPPI nº 200/2021. Da mesma forma, o Decreto nº 11.110, de 29.6.2022, revogou o Decreto nº 10.863/2021.

## POLÍTICAS PÚBLICAS

Quando da sua criação, a Emgea, ao absorver da Caixa e dar tratamento a ativos com alto risco de crédito, desempenhou importante papel decisivo na realização dos propósitos do Proef, contribuindo para a adequação daquela instituição financeira às regras do Acordo de Capital da Basileia (exigências de capital para instituições financeiras como forma de fazer face ao risco de crédito), e redução de eventual necessidade de aporte de capital pela União.

Conseqüentemente, contribuiu também para o fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional e do equilíbrio das contas públicas, à época, e vem efetuando o pagamento de significativa parte das obrigações assumidas quando de sua criação, especialmente em relação ao FGTS.

Atualmente, a Emgea, a par de sua missão de gerir ativos da União, atua na busca de solução para as questões habitacionais, em especial dos contratos firmados pela Caixa junto a mutuários de baixa renda, desde 2001, sob a gestão da Emgea.

As soluções desenvolvidas têm permitido a milhares de cidadãos a regularização de suas dívidas e a consolidação da propriedade de seus imóveis habitacionais, cujos financiamentos se encontravam sem solução há anos. Incorporando o princípio da responsabilidade social à gestão empresarial, tem conquistado ambiente favorável ao desenvolvimento de

suas atividades e vem sendo, a cada dia, reconhecida por seu posicionamento como empresa socialmente responsável.

Merece destaque a realização de audiências de conciliação nas ações ajuizadas envolvendo mutuários do Sistema Financeiro da Habitação de uma maneira ágil e definitiva para solucionar os conflitos.

Os acordos decorrentes das audiências de conciliação, além de contribuírem para a redução de processos tramitando na Justiça, têm grande repercussão social, sobretudo nas camadas mais carentes da população, na medida em que permitem ao devedor realizar o pagamento do débito por um valor compatível com sua capacidade de pagamento e, com isso, obter o registro definitivo do imóvel em sua titularidade, realizando “o sonho da casa própria”.

# **GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO**





# GOVERNANÇA

## PRINCÍPIOS DE GOVERNANÇA

Para cumprir seu propósito e alcançar sua visão, a Emgea adota um modelo de governança corporativa pautado em princípios e estruturado em instâncias, com papéis e competências formalmente definidos no Estatuto Social e em Regimentos Internos. São os seguintes os princípios que norteiam a atuação da Emgea:

### COMPROMISSO

Comprometimento com o alcance dos objetivos organizacionais e com a promoção de altos padrões de ética, conduta e integridade

### EQUIDADE

Tratamento justo e isonômico ao acionista (União) e às demais partes interessadas (sociedade, fornecedores e colaboradores), levando em consideração seus direitos, deveres, necessidades, interesses e expectativas

### INTEGRIDADE

Cumprimento da legislação e regulamentação aplicáveis; respeito aos valores éticos; e trabalho em prol do interesse público

### LIDERANÇA

Competências e responsabilidades formalmente definidas para todos os níveis organizacionais, tendo como foco o alcance dos objetivos organizacionais

### PRESTAÇÃO DE CONTAS

Relato sobre a atuação dos administradores e da Empresa de modo claro, conciso, compreensível e tempestivo, assumindo integralmente as consequências dos fatos e omissões e atuando com diligência e responsabilidade no âmbito dos respectivos papéis.

### RESPONSABILIDADE

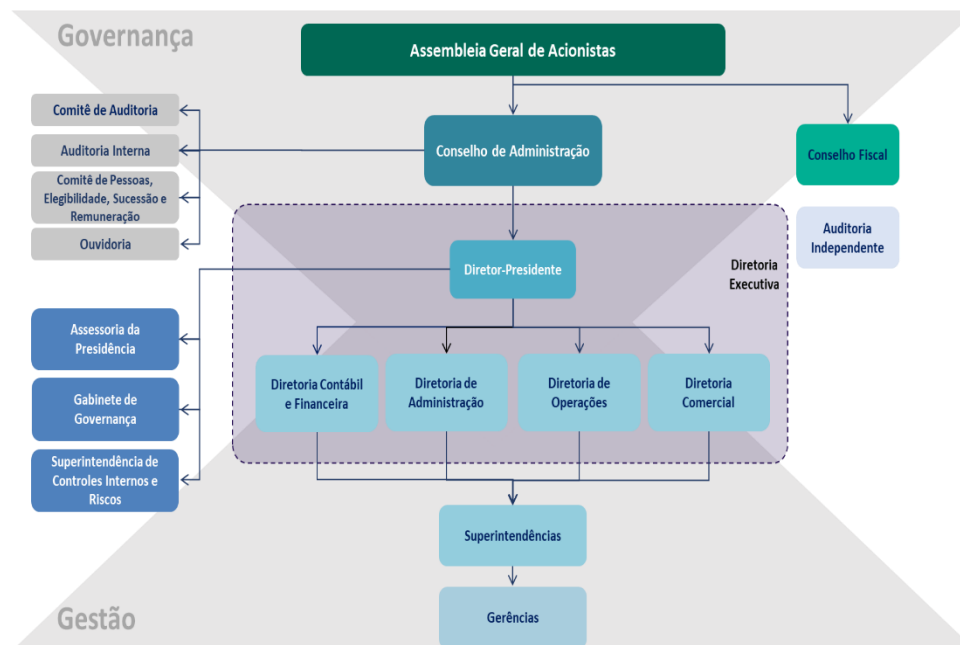
Zelo na definição de estratégias e na execução de ações para viabilizar o alcance dos objetivos organizacionais e de resultados econômico-financeiros

### TRANSPARÊNCIA

Disponibilização de acesso a informações completas, precisas e claras sobre o funcionamento e os negócios da Empresa

## MODELO DE GOVERNANÇA

O processo de governança corporativa foi aprimorado e alinhado às exigências da Lei nº 13.303, de 30.6.2016 (Lei das Estatais), do Decreto nº 8.945, de 27.12.2016, e das Resoluções da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União - CGPAR.



Em 2020, na esfera da governança corporativa, a Empresa aprovou seu novo Estatuto Social, em convergência com as diretrizes recomendadas pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE. Com isso, a Empresa reforça ainda mais o compromisso com as melhores práticas de governança corporativa.

O estatuto social vigente, aprovado em 2022, alterado em razão da extinção da Reserva de Aquisição de Ativos Operacionais e a criação da “Reserva Especial para Cumprimento de Obrigações” com a finalidade de reservar recursos oriundos de parte dos resultados econômicos da Empresa para serem destinados a lastrear o cumprimento de obrigações da Emgea registradas em seu passivo, sobretudo suas dívidas perante o FGTS.

O empenho na busca do aprimoramento das práticas de governança, renderam à Emgea o Certificado Nível 1 nas edições de Certificação do





Indicador de Governança IG-Sest, sendo a 1ª Certificação em 2017; a 2ª e 3ª Certificações, em 2018; a 4ª Certificação em 2019 e o Nível 2 na 6ª certificação, em 2022.

A obtenção do Certificado Nível 1 por quatro vezes consecutivas é um prêmio ao empenho de todos na Empresa, dirigentes e colaboradores, na busca do aprimoramento contínuo das práticas de governança e, ao mesmo tempo, um estímulo ao compromisso com a busca da excelência: um dos valores fundamentais para a Emgea.

## INSTÂNCIAS DE GOVERNANÇA

As instâncias de governança da Emgea (órgãos e unidades) e as respectivas competências são formalmente definidas no Estatuto Social e no Regimento Interno da Empresa.

### Assembleia Geral

É o órgão deliberativo máximo da Empresa, com poderes para deliberar sobre todos os negócios relativos ao seu objeto.

A Assembleia Geral pode ser convocada pelo Conselho de Administração ou, nas hipóteses admitidas em lei, pela Diretoria Executiva, pelo Conselho Fiscal ou pela União.

Competências discriminadas no Estatuto Social.

### Conselho de Administração

É o órgão de deliberação estratégica e colegiada da Empresa, responsável por fixar a orientação geral dos negócios e aprovar o planejamento estratégico e orçamentário, bem como acompanhar a sua execução.

Conselho de Administração composto por sete membros, sendo, no mínimo, 25% de membros independentes.

Os membros do Conselho de Administração são eleitos pela Assembleia Geral.

Competências discriminadas no Estatuto Social.

### Vinculadas ao Conselho de Administração e reportando-se diretamente a ele, atuam dois Comitês estatutários e duas unidades:

#### COMITÊ DE ELEGIBILIDADE

Auxilia a acionista (União) e o Conselho de Administração na verificação de conformidade dos processos de indicação, de avaliação, de sucessão e de remuneração dos administradores e Conselheiros Fiscais e demais membros de órgãos estatutários.

#### COMITÊ DE AUDITORIA

Assessora o Conselho de Administração no que se refere ao exercício de suas funções de auditoria e de fiscalização sobre a qualidade das demonstrações financeiras e das auditorias interna e independente; a efetividade dos sistemas de controle interno, de conformidade e de gerenciamento de riscos.

#### AUDITORIA INTERNA

Vinculada por meio do Comitê de Auditoria ao Conselho de Administração, ao qual se reporta diretamente. É responsável por aferir a adequação do controle interno e a efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança.

#### OUVIDORIA

Recebe e examina sugestões e reclamações visando melhorar o atendimento da empresa em relação a demandas de investidores, empregados, fornecedores, clientes, usuários e sociedade em geral; recebe e examina denúncias internas e externas, inclusive sigilosas, relativas às atividades da empresa; e desenvolve outras atividades correlatas definidas pelo Conselho de Administração.

### Diretoria Executiva

É o órgão executivo de administração e representação, responsável por assegurar o funcionamento regular da EMGEA de acordo com a orientação definida pelo Ministério da Fazenda e pelo Conselho de Administração.

A Diretoria Executiva é composta por um Diretor-Presidente e até quatro Diretores.

Os membros da Diretoria Executiva são eleitos pelo Conselho de Administração.

Competências discriminadas no Estatuto Social.

### Conselho Fiscal

É um órgão de fiscalização de atuação colegiada e individual.

O Conselho Fiscal é constituído por três membros efetivos e seus suplentes.

Os membros do Conselho Fiscal são eleitos pela Assembleia Geral.

Competências discriminadas no Estatuto Social.

### Auditoria Independente

Atua com a atribuição de emitir opinião sobre as demonstrações financeiras, tanto no que tange ao cumprimento das exigências legais e regulamentares aplicáveis quanto à fidedignidade da evidenciação da situação patrimonial e financeira da Empresa.

Empresa especializada em realização de auditoria independente, contratada no mercado por meio de processo licitatório.



## ÓRGÃOS DE APOIO À GESTÃO

Como órgãos de apoio à gestão, atuam quatro Comitês e quatro Comissões:

|             |  |
|-------------|--|
| <b>CGRC</b> | Comitê de Governança, Riscos e Controles                           |
| <b>CETI</b> | Comitê Executivo de Tecnologia da Informação                       |
| <b>CGTI</b> | Comitê Gestor de Tecnologia da Informação                          |
| <b>CSI</b>  | Comitê de Segurança da Informação, Proteção de Dados e Privacidade |
| <b>CE</b>   | Comissão de Ética  |
| <b>CIPA</b> | Comissão Interna de Prevenção de Acidentes                         |
| <b>CRSA</b> | Comissão de Responsabilidade Socioambiental                        |
| <b>CPAD</b> | Comissão Permanente de Avaliação de Documento                      |

## INSTRUMENTOS DE GOVERNANÇA

Além da definição da estrutura administrativa e das competências, estabelecidas no Estatuto Social e no Regimento Interno, a Emgea adota uma série de boas práticas de governança, dentre as quais:

- ❖ estabelecimento de Valores, Propósito, Missão e Visão;
- ❖ estratégia de longo prazo (quinquenal), e planejamento estratégico, plano de negócio e planejamento orçamentário anuais;
- ❖ decisões colegiadas;
- ❖ regime de alçadas;
- ❖ políticas, normas e procedimentos formalmente definidos;
- ❖ demonstrações financeiras trimestrais (intermediárias);

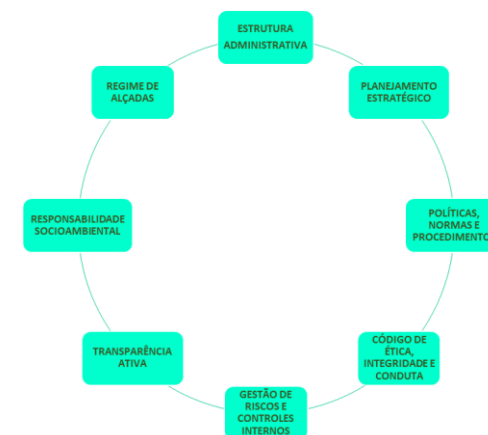
- ❖ estruturas para a gestão:
  - dos processos de negócio (recuperação de créditos);
  - da ética, integridade e conduta;
  - de riscos e controles internos;
  - orçamentária e tributária;
  - financeira;
  - de pessoas;
  - de tecnologia da informação;
  - da responsabilidade socioambiental.

- ❖ transparência ativa.

Para orientar o comportamento da Empresa em relação a temas técnicos são definidas políticas específicas<sup>1</sup>, aprovadas pelo Conselho de Administração. As diretrizes expressas nas políticas norteiam a atuação em todos os níveis organizacionais e devem ser observadas quando do desenvolvimento de processos e de produtos, da elaboração de normativos, da realização de negócios, da execução dos serviços e da tomada de decisão.

As rotinas de trabalho são estabelecidas em normativos internos – normas e procedimentos – formalmente definidos e publicados em sistema específico na intranet.

As normas estabelecem o conjunto de princípios, regras e critérios corporativos que devem ser adotados e definem métodos, padrões e parâmetros para os negócios e atividades da Empresa. Os procedimentos orientam sobre como realizar determinadas tarefas, complementam as normas, descrevendo as rotinas passo a passo.



<sup>1</sup> As Políticas específicas estão disponíveis no sítio eletrônico [www.emgea.gov.br](http://www.emgea.gov.br) > A empresa > Governança Corporativa > Políticas.



As decisões são tomadas de forma colegiada, observando as alçadas estabelecidas, bem como as políticas, as normas e os procedimentos definidos.

No ano de 2022, merece destaque a elaboração e a implementação do Plano de Sucessão Não Vinculante dos Membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva.

### **ADEQUAÇÃO À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LGPD**

No âmbito da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018) a Emgea divulga em seu sítio eletrônico o Programa de Governança de Privacidade que consolida um conjunto de normas e práticas adotadas para promover a privacidade e a proteção de dados pessoais na Emgea. ([www.emgea.gov.br](http://www.emgea.gov.br) > Acesso a Informação > Privacidade e Proteção de dados Pessoais).

### **GESTÃO DA ÉTICA, INTEGRIDADE E CONDUTA**

Como Empresa pública, com uma função social a cumprir, a Emgea pauta sua atuação segundo os seguintes princípios de integridade: observância da legislação e regulamentação, respeito aos valores éticos e trabalho em prol do interesse público.

A preocupação com a promoção de altos padrões de integridade norteia as ações e as decisões dos dirigentes, que atuam com o compromisso de transmitir exemplos de ética e de conduta em seus relacionamentos profissionais com os colaboradores, com terceiros, com autoridades governamentais e com clientes.

Esse compromisso é materializado e formalizado em dois documentos que orientam a atuação de todos os colaboradores: o “Código de Ética, Integridade e Conduta” e o “Programa de Integridade”.

No Código de Ética, Integridade e Conduta são expressamente definidos os valores éticos e prescrito o padrão de comportamento esperado. As disposições nele contidas se somam às do Código de Ética Profissional do

Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal e às do Código de Conduta da Alta Administração Federal. Entre os temas relacionados aos Direitos Humanos estão o repúdio às condutas delituosas como assédio de qualquer natureza, atos de preconceito ou discriminação, além daqueles que configurem fraudes e atos ilícitos; o reconhecimento e o respeito da diversidade; o compromisso com a erradicação do trabalho infantil e escravo; e o respeito ao meio ambiente.

O Programa de Integridade apresenta, de forma consolidada, as práticas adotadas pela Empresa para assegurar o cumprimento dos princípios de integridade, bem como para prevenir, detectar, remediar e punir práticas de corrupção, fraude, irregularidades, desvios éticos e de conduta.

Ambos os documentos – Código de Ética, Integridade e Conduta e Programa de Integridade – fazem parte dos normativos internos da Empresa e são divulgados em canais de comunicação interno (intranet) e externo (sítio eletrônico [www.emgea.gov.br](http://www.emgea.gov.br)).

A Emgea tem a transparência como um de seus princípios de governança. Aderente a esse princípio, disponibiliza à sociedade e ao Estado informações completas, precisas e claras sobre seu funcionamento e seus negócios, incluindo práticas de governança e desempenho econômico-financeiro, e considera que tanto a fiscalização pela sociedade, como pelo Estado, são importantes mecanismos auxiliares para a melhoria de seus processos e negócios.

Para a fiscalização pela sociedade, a Emgea divulga informações sobre a Empresa como prática de transparência ativa, por meio de:

- sítio eletrônico da Empresa ([www.emgea.gov.br](http://www.emgea.gov.br));
- Relatório da Administração;
- Demonstrações Financeiras trimestrais e anuais;
- Apresentação Institucional;
- Relatório de Gestão, Relatório Anual na forma de Relato Integrado;



- Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa.

As Demonstrações Financeiras trimestrais (intermediárias) e anuais estão disponíveis no sítio eletrônico da Emgea (A Empresa > Informações Financeiras > Demonstrações Financeiras). As Demonstrações Financeiras Anuais são acompanhadas de Relatórios dos Auditores Independentes e do Comitê de Auditoria; da manifestação do Conselho de Administração e do parecer do Conselho Fiscal.

### **PRINCIPAIS CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE E PARTES INTERESSADAS**

A Emgea disponibiliza canais ao cidadão para denúncias, reclamações, solicitações, sugestões, elogios e pedidos de acesso à informação:

- endereço da sede da Empresa: SBS, Quadra 2, Bloco B, CEP 70070-902, Brasília - DF, divulgado no sítio eletrônico, para:
  - atendimento presencial;
  - encaminhamento de correspondências;
  - Serviço de Informação ao Cidadão - SIC;
  - encaminhamento de correspondências à Comissão de Ética.
- canais no sítio eletrônico: link para a plataforma Fala.BR, destinadas à/ao:
  - Ouvidoria;
  - Comissão de Ética;
  - Auditoria Interna;
  - Comitê de Auditoria.

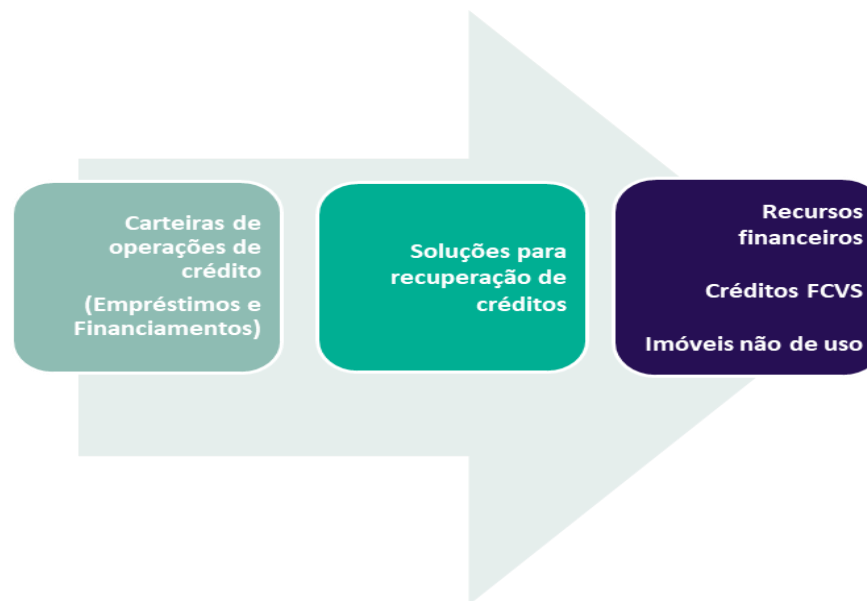
A Emgea analisa as reclamações e apura as denúncias recebidas.

Os órgãos de fiscalização e de controle têm acesso a todos os documentos e informações necessários à realização de seus trabalhos, inclusive àqueles eventualmente classificados como sigilosos pela Empresa.

## **GERAÇÃO DE VALOR**

Na cadeia produtiva da Empresa, as carteiras de operações de crédito compõem os ativos primários. Esses ativos ingressam por meio de aquisições, tendo como contrapartida pagamentos ou assunção de obrigações das entidades transmitentes, ou por aumento de capital.

A liquidação ou a reestruturação das operações originam recursos financeiros, créditos perante o FCVS e/ou imóveis não de uso:





### Créditos FCVS

- Grande parte dos contratos de crédito imobiliário adquiridos da CAIXA quando da constituição da Emgea contava com previsão de cobertura pelo FCVS. À medida que as operações são liquidadas ou renegociadas, são gerados créditos perante o FCVS. Esses créditos são convertidos em títulos públicos federais – mediante a novação, com a União, das dívidas do Fundo, nas condições previstas na Lei nº 10.150/2000 – ou utilizados como moeda para aquisição de novos ativos.

### Imóveis Não de Uso

- Uma das últimas medidas adotadas para a recuperação dos créditos, especialmente dos créditos imobiliários, depois de esgotadas as ações de cobrança, é a realização das garantias por meio de adjudicação, arrematação, recebimento de dação em pagamento ou consolidação de propriedade. Os imóveis assim recebidos passam a integrar os ativos da Emgea, classificados como imóveis não de uso e são ofertados à venda, observados os procedimentos de licitação nos termos da Lei 13.303/2016, ou na modalidade de venda direta, nos termos do Art. 28 da citada Lei, com vistas a concluir a recuperação do crédito e ingressar recursos financeiros no caixa da Empresa.

A Emgea contrata, para a realização das atividades operacionais, empresas prestadoras de serviços, com atuação em todo o território nacional.

A gestão e a recuperação de créditos realizadas pela Emgea geram valor para a União (acionista única), para o Estado e a sociedade, para os colaboradores, para os parceiros e fornecedores e para os cidadãos:

### UNIÃO (ACIONISTA)

- Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

### ESTADO E SOCIEDADE

- Recuperação de créditos de entidades da administração pública federal

- Retorno de valores ao FGTS
- Pagamento de tributos

### COLABORADORES

- Salários e benefícios

### PARCEIROS E FORNECEDORES

- Reestruturação patrimonial e a adequação de capital aos níveis exigidos pelas autoridades reguladoras, no caso das instituições financeiras públicas
- Pagamentos pela aquisição de bens e de serviços

### CIDADÃO

- Alternativas para quitação ou repactuação de suas dívidas

### Valor para o Estado e a Sociedade

- Desde sua constituição, a Emgea já efetuou o pagamento de cerca de R\$ 44,10 bilhões das obrigações assumidas quando de sua criação (capital e encargos). Desse valor, R\$ 43,50 bilhões retornaram para o FGTS.

### Valor para o Cidadão

- Com as alternativas oferecidas para a quitação ou repactuação das dívidas, a Emgea tem possibilitado aos cidadãos a regularização de seus financiamentos habitacionais.

## NOSSOS CAPITAIS

Para gerar valor à sociedade, contamos com nossos capitais:

### CARTEIRA DE CRÉDITOS E IMÓVEIS

- Carteira de crédito imobiliário perante pessoas físicas
- Carteira de crédito perante pessoas jurídicas do setor privado
- Carteira de crédito perante pessoas jurídicas do setor público
- Carteira de crédito comercial
- Créditos FCVS
- Imóveis não de uso

### PARCEIROS E FORNECEDORES

- Empresas prestadoras de serviços operacionais
- Fornecedores



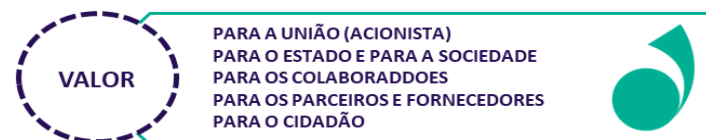
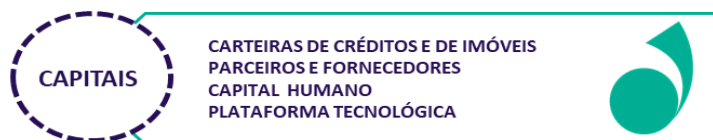
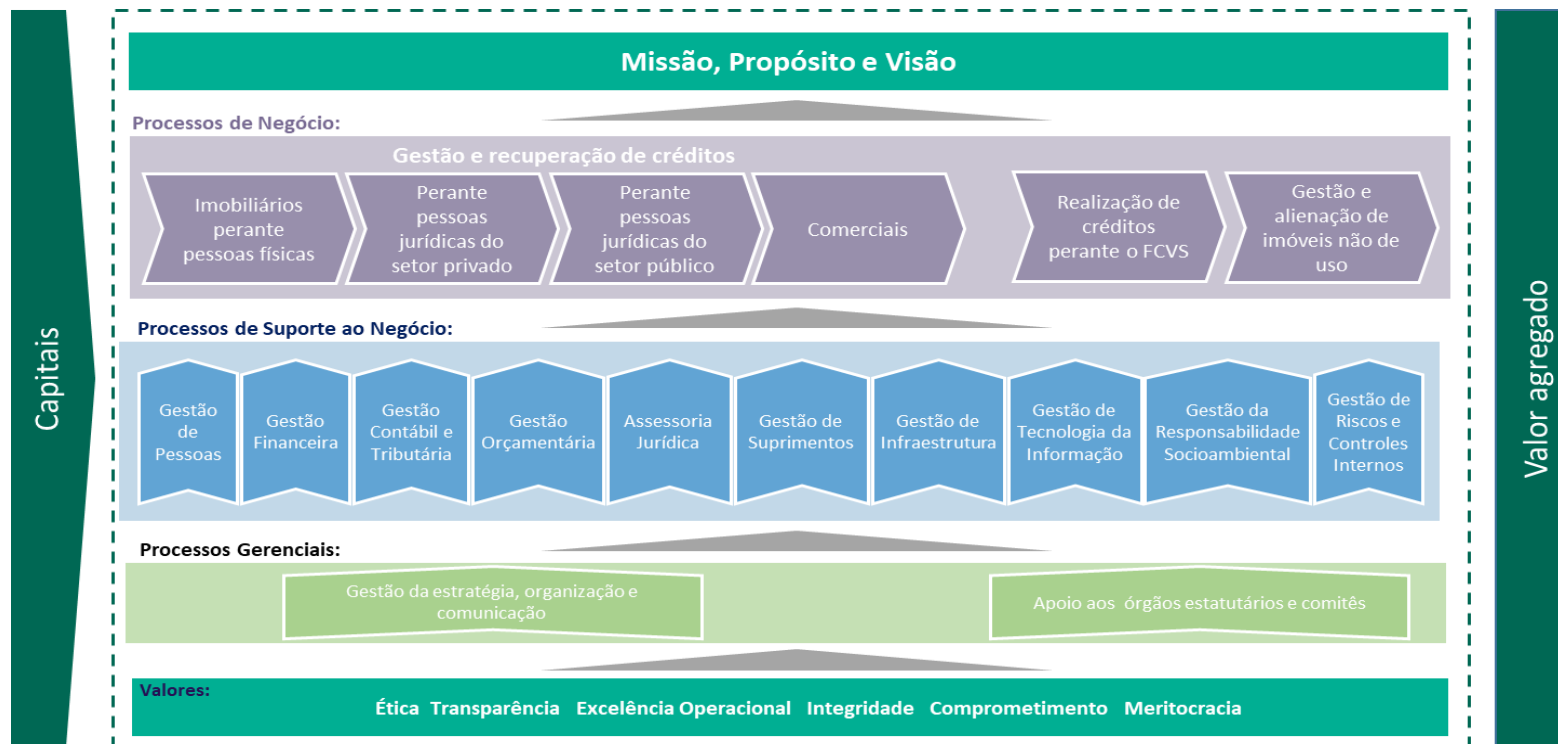
## CAPITAL HUMANO

- Colaboradores

## PLATAFORMA TECNOLÓGICA

- Soluções de tecnologia da informação

### CADEIA DE VALOR







# ESTRATÉGIA

## PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA EMGEA

Alinhada com o previsto na Lei nº 13.303/2016 e no Decreto nº 8.945/2016, a Emgea trabalha com uma estratégia de longo prazo, abrangendo um período de cinco anos, anualmente revisada.

Em setembro de 2019 a Emgea foi incluída no PND, nos termos da Lei nº 9.491/1997 e do Decreto nº 2.594/1998.

Importante ressaltar que, considerando a peculiaridade de a Emgea estar incluída no PND, a revisão da estratégia levou em consideração o período de 1º.1.2022 a 30.6.2022, em função do prazo recomendado no art. 3º da Resolução CPPI nº 200, de 25.8.2021 (ratificada pelo Decreto nº 10.863/2021) vigente à época, e posteriormente revisada em razão da publicação da Resolução CPPI nº 242/2022 (Alterada pela Resolução CPPI nº 256/2022) que revogou a Resolução CPPI nº 200/2021.

### **Decreto nº 2.594/1998**

*Art. 55. As empresas incluídas no PND que vierem a integrar o FND terão sua estratégia voltada para atender os objetivos da desestatização.*

## **METODOLOGIA DE FORMULAÇÃO, DE AVALIAÇÃO E DE REVISÃO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS**

A Estratégia de longo prazo da Emgea foi desenvolvida observando o seguinte encadeamento:

- Análise do ambiente interno;
- Análise do cenário externo;
- Definição da estratégia;
- Definição dos responsáveis por cada uma das escolhas estratégicas;
- Estabelecimento de indicadores e do cronograma de avaliação da execução dos objetivos traçados.

As análises dos cenários interno e externo e de tendências foram compiladas e submetidas à discussão de todos os gestores da Empresa, resultando na formalização da estratégia de longo prazo e no plano de negócios da Emgea.

Identificaram-se as seguintes forças e oportunidades nos cenários externo e interno:

- Expressivo valor dos créditos que a Emgea detém perante o FCVS;
- Competências instaladas da Empresa;
- Internalização de carteiras.

Por outro lado, identificou-se como ameaça, e questão a ser superada, a redução de receitas da Emgea, em face do progressivo esgotamento dos ativos sob gestão da Empresa.

## **PILARES ESTRATÉGICOS**





Os Pilares Estratégicos definidos para o quinquênio 2022-2026 têm como diretriz principal a desestatização e liquidação da Empresa.



Como o cronograma elaborado pelo BNDES previa a desestatização da Empresa em 2022, os quatro últimos exercícios do quinquênio (2022 a 2026) ficaram prejudicados, sendo definidos Pilares Estratégicos apenas para o exercício de 2022.



No entanto, em 24 de junho de 2022 foi publicada a Resolução CPPI nº 242/2022 (Alterada pela Resolução CPPI nº 256/2022) que revogou a Resolução CPPI nº 200/2021. Da mesma forma, o Decreto nº 11.110/2022, revogou o Decreto nº 10.863/2021.



Assim, o Planejamento Estratégico e o Plano de Negócios 2022-2024 foram revisados para o 2º semestre de 2022 para alinhamento à Resolução CPPI nº 242/2022. Os Pilares estratégicos e os respectivos norteadores estabelecidos para o 2º semestre de 2022 passaram a ser os seguintes:

|   | Dissolução Societária  | Alienação de Ativos | Sustentabilidade Financeira |
|---|--|---------------------|-----------------------------|
| <b>NORTEADORES</b>  |  |                     |                             |
| <b>Finanças</b><br>  | <b>VIABILIZAR O INGRESSO DE RECURSOS FINANCEIROS QUE PERMITAM HONRAR OS COMPROMISSOS DA EMPRESA E QUE MANTENHAM A SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA.</b>   |                     |                             |
| <b>Processos</b><br> | <b>EQUACIONAR AS PENDÊNCIAS OPERACIONAIS, FINANCEIRA E CONTÁBEIS QUE CONTRIBUAM PARA ALIENAÇÃO DE ATIVOS DAS CARTEIRAS, A CISÃO / INCORPORAÇÃO E A DISSOLUÇÃO SOCIETÁRIA DA EMPRESA.</b>   |                     |                             |
| <b>Clientes</b><br>  | <b>ATUAR NO SENTIDO DE MINIMIZAR EVENTUAIS IMPACTOS NEGATIVOS AOS CLIENTES, DECORRENTES DO PROCESSO DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS DAS CARTEIRAS E DA CISÃO / INCORPORAÇÃO.</b>  |                     |                             |
| <b>Pessoas</b><br>   | <b>ELABORAR PLANO PARA INCENTIVAR A PERMANÊNCIA DOS COLABORADORES ATÉ O FIM DO PROCESSO PREVISTO NA RESOLUÇÃO 242 E DESENVOLVER UM PLANO DESMOBILIZAÇÃO HUMANIZADO, QUE VALORIZE AS PESSOAS E ENCAMINHE A TRANSIÇÃO DE SUAS CARREIRAS.</b> |                     |                             |

| <b>2º Semestre – Sustentabilidade Financeira</b>  |  |
|---|--|
| <b>Finanças</b><br>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Sanar pendências financeiras das carteiras;</li> <li>• Perseguir e Efetivar Novações FCVS;</li> <li>• Manter Sustentabilidade Financeira;</li> <li>• Equacionar FCVS e FGTS (parcelas 12/2022 e 02/2023).</li> <li>• Tratar pendências financeira oriundas dos contratos de prestação de serviços com a Caixa.</li> </ul>   |
| <b>Processos</b><br> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Estruturar o equacionamento da carteira de créditos FCVS;</li> <li>• Subsidiar o processo de desestatização (alienação de ativos, operações societárias e liquidação);</li> <li>• Elaborar diagnóstico e plano de trabalho para tratamento do acervo documental de posse da Emgea;</li> <li>• Elaborar plano de trabalho da transição dos ativos para Caixa;</li> </ul> |

| <b>2º Semestre – Sustentabilidade Financeira</b>   |   |
|--|---|
|  | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Realizar os ajustes prioritários nos sistemas de gestão para o processo de desestatização; e</li> <li>• Tratar pendências operacionais oriundas dos contratos de prestação de serviços com a Caixa.</li> </ul> |
| <b>Clientes</b><br> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Estruturar processo de pós-venda das carteiras.</li> </ul>   |
| <b>Pessoas</b><br>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolver estratégias de retenção e motivação.</li> </ul>  |

A alta administração e demais executivos identificaram os riscos que poderiam impactar o alcance dos objetivos estratégicos, os quais são tratados no item Riscos, Conformidade e Perspectivas.

## RESULTADOS DO PLANO DE NEGÓCIOS DA EMGEA

### GESTÃO ESTRATÉGICA

O Planejamento Estratégico para o exercício de 2022 foi elaborado de forma estruturada, orientado a resultados e desdobrado em ações envolvendo todas as áreas da Empresa, para alcance das metas estratégicas e operacionais.

Com vistas ao alinhamento com o Programa de PLR/2022, no primeiro trimestre de 2022 as metas foram revistas e definidas para o período de 1.1.2022 a 31.12.2022, até que sejam cumpridos os prazos para o início do processo de dissolução societária da Emgea.

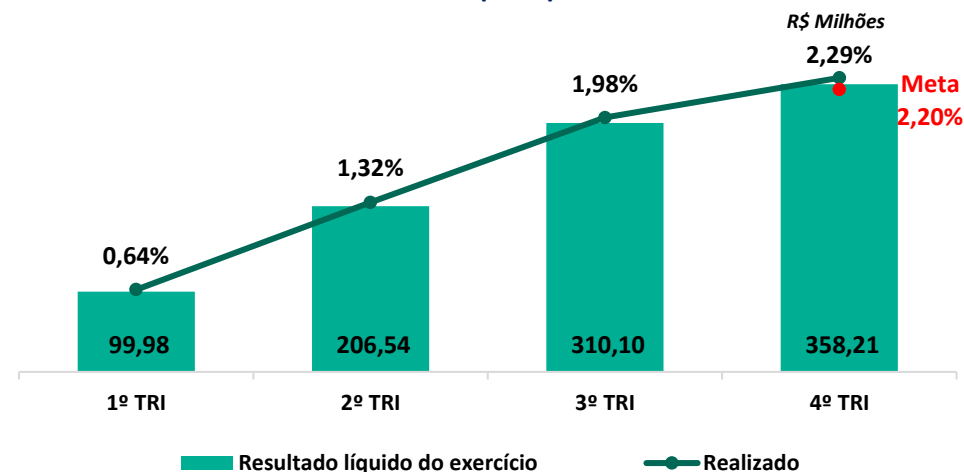
O monitoramento da execução das ações previstas no Planejamento Estratégico se deu por meio de indicadores e métricas de aferição de resultados, que permitiram avaliar o efetivo alcance dos objetivos traçados, eventuais desvios ocorridos e estratégias para a correção de rumos. O detalhamento dos indicadores e metas apresenta-se a seguir:





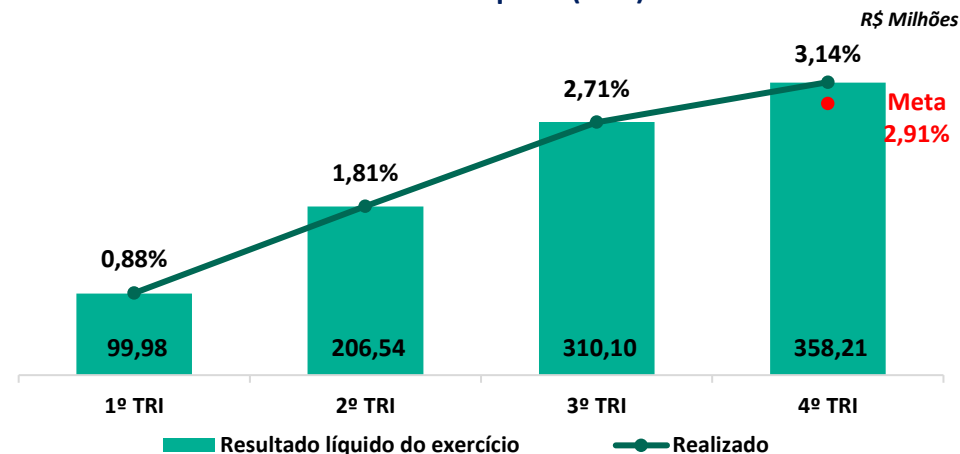
| Indicador  | O que mede   | Meta                         | Realizado                  | Desempenho |
|--|--|------------------------------|----------------------------|------------|
| Produtividade Per Capita (PPC)   | Relação entre o resultado operacional e o número total de empregados (média considerando o último dia de cada mês)           | R\$ 2,89 milhões/empregado   | R\$ 3,56 milhões/empregado | 123,18%    |
| Retorno sobre o Ativo (ROA)  | Relação entre o resultado líquido do exercício e o ativo total do exercício anterior   | 2,20%                        | 2,29%                      | 104,09%    |
| Índice de Eficiência Operacional (IEO)   | Relação entre as despesas de pessoal e as receitas operacionais líquidas.  | 4,74% (Quanto menor, melhor) | 3,75%                      | 126,40%    |
| Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE)   | Relação entre o resultado líquido do exercício e o patrimônio líquido do exercício anterior                                  | 2,91%                        | 3,14%                      | 107,90%    |
| Tempestividade e acuracidade no atendimento às demandas do BNDES e Consórcios do PND | Expressa o percentual de cumprimento dos prazos de demandas de esclarecimento solicitadas pelo do BNDES e Consórcios do PND. | 100%                         | 100%                       | 100%       |
| Fluxo de Caixa (IFC) "Gatilho"   | Expressa a geração de caixa operacional.   | Saldo positivo               | Saldo Positivo             | 393.138    |

### Retorno sobre o Ativo (ROA) "Maior Melhor"



Apuração:  $[\text{Resultado líquido do exercício}] / [\text{Ativo total em 31.12.2021} = 15,65 \text{ Bilhões}] * 100$

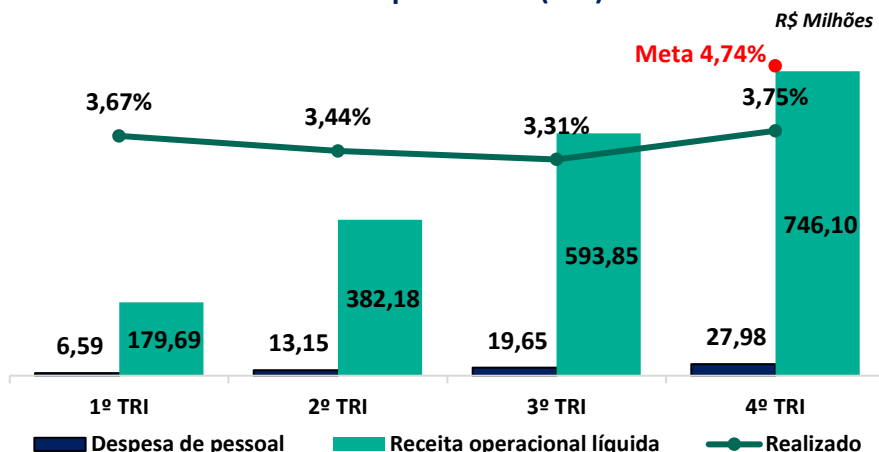
### Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE) "Maior Melhor"



Apuração:  $[\text{Resultado líquido do exercício}] / [\text{Patrimônio Líquido em 31.12.2021} = 11,42 \text{ Bilhões}] * 100$

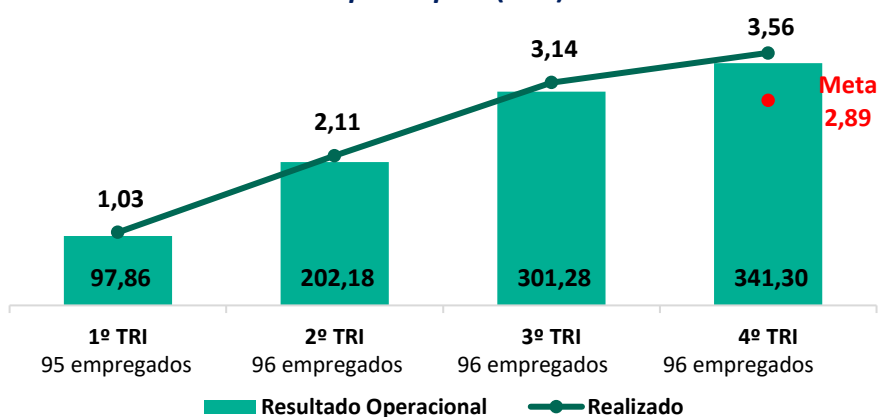


### Índice de Eficiência Operacional (IEO) “Menor Melhor”



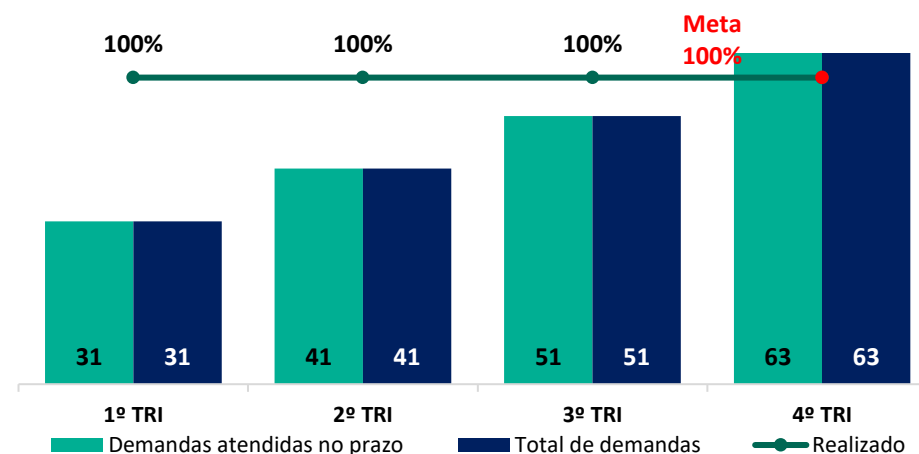
Apuração:  $[\text{Despesa de pessoal}] / [\text{Receita Operacional Líquida}] * 100$

### Produtividade per Capita (PPC) “Maior Melhor”



Apuração:  $[\text{Resultado Operacional}] / [\text{N}^\circ \text{ Total de Empregados}] * 100$

### Tempestividade e acuracidade no atendimento às demandas do BNDES e Consórcios do PND “Maior Melhor”



Com vistas a manter a sustentabilidade financeira da Empresa foram celebrados, com a união, três contratos de novação de dívidas do FCVS nos meses de outubro e novembro de 2022 e renegociados os prazos de carência para pagamento de parte expressiva das dívidas da Emgea junto ao FGTS, por mais 18 meses, com novos vencimentos em junho e agosto de 2024, passíveis de nova prorrogação até dezembro de 2026.

Sob o ponto de vista de gestão estratégica de pessoas, mantivemos as políticas de meritocracia e de valorização do capital humano, com a formalização da modalidade de teletrabalho e do incentivo ao acesso feminino a cargos de liderança, fundamentais para o alcance dos resultados de 2022.

Essas ações compuseram a estratégia de retenção e motivação, que se juntaram a outras iniciativas voltadas para o incentivo da permanência dos colaboradores até o fim do processo de desestatização na forma hoje vigente. Por outro lado, por não ter havido os desdobramentos esperados do processo de desestatização, não foram adotadas medidas de desmobilização do quadro de colaboradores ao longo de 2022.



Todas as ações, em seu conjunto, contribuíram para um acréscimo de 119,67% nas disponibilidades financeiras do exercício, com superávit operacional de caixa de R\$ 103,31 milhões, excluídas as movimentações oriundas das novações de dívidas do FCVS e os desembolsos com dívidas da Emgea perante o FGTS, o que demonstra que o resultado significativo conquistado foi fruto do trabalho relevante das equipes operacionais e das áreas de apoio.

Ressalta-se que toda a estratégia desenvolvida foi com foco na sustentabilidade financeira da Empresa e na sua preparação para o processo de desestatização.

## **PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

O Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) é o documento que define diretrizes para o fornecimento de recursos e de ferramentas de tecnologia da informação necessários para o alcance dos objetivos estratégicos da Empresa.

Em dezembro de 2021, o PETI 2022 foi elaborado para o 1º semestre do ano de 2022, alinhado com o Planejamento Estratégico da Emgea a Resolução CPPI nº 200/2021, vigente a época.

Com a publicação a Resolução CPPI nº 242/2022, que revogou a Resolução CPPI nº 200/2021, foram revisados os objetivos estratégicos, as iniciativas bem como os indicadores do PETI e alterado a sua vigência para abranger todo o ano de 2022.

### **METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DO PETI**

A elaboração do Planejamento Estratégico de Tecnologia de Informação tem como premissa o alinhamento com o Planejamento Estratégico da Emgea, de forma que os objetivos, as iniciativas e as ações de TI contribuam para a consecução dos objetivos previstos no Planejamento Estratégico da Empresa.

Observada a premissa de alinhamento com os objetivos estratégicos definidos para 2022, o trabalho de elaboração do PETI foi realizado em etapas sequenciais:

- (i) análise do ambiente,
- (ii) inventário das necessidades e
- (iii) definição dos objetivos estratégicos de TI e respectivas iniciativas estratégicas.

### **ANÁLISE DE AMBIENTE**

Para subsidiar a definição dos objetivos estratégicos de TI foi realizada uma análise dos fatores externos à Emgea (ambiente externo), bem como uma análise de fatores existentes na própria Empresa (ambiente interno), que podem influenciar a execução das estratégias organizacionais.

### **INVENTÁRIO DAS NECESSIDADES**

Tendo como referencial os objetivos definidos no Planejamento Estratégico da Emgea para 2022, e considerados os resultados da análise dos ambientes externo (oportunidades e ameaças) e interno (forças e fraquezas), foi realizado o levantamento das necessidades de tecnologia da informação para alcance dos objetivos estratégicos da Empresa.

Foram também utilizados como insumos para o levantamento das necessidades de TI:

- Demandas existentes para a manutenção e desenvolvimento de sistemas;
- Demandas para aquisição de hardware e software;
- Política de Segurança da Informação;
- Relatório do Mapeamento de Riscos e Controles de TI;
- Relatórios de Auditoria Interna e Externa;
- Relatório de avaliação de conformidade, metodologia e plano de ação para adequação da Emgea a LGPD.



Realizado o levantamento, foram identificadas as seguintes necessidades de TI:

| Relação de Necessidades de TI |  |
|-------------------------------|--|
| N01                           | Melhoria na gestão de serviços de nível de serviço e de qualidade.                             |
| N02                           | Atualização e manutenção do parque tecnológico.  |
| N03                           | Atualização da Política de Segurança da Informação.  |
| N04                           | Aprimoramento do monitoramento e gerenciamento do ambiente de TI.                              |
| N05                           | Aprimoramento das soluções tecnológicas para sustentar o negócio.                              |
| N06                           | Aprimoramento da plataforma e negócios para viabilizar a integração com soluções de terceiros. |
| N07                           | Aprimoramento dos mecanismos de rastreamento de dados - LGPD.                                  |
| N08                           | Aprimoramento dos mecanismos de segurança cibernética ( <i>Cibersegurança</i> ).               |

### OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

Levantadas as necessidades de tecnologia da informação para alcance dos objetivos estratégicos da Emgea para 2022 foram definidos 3 (três) objetivos estratégicos de TI (OETI) e para cada objetivo foram definidas iniciativas estratégicas:

| OETI 01 – Prover e disponibilizar soluções de TI para os negócios da Empresa |   |
|--|---|
| Iniciativas Estratégicas   |   |
| <b>Iniciativa 1.1</b>  | Promover a melhoria contínua dos serviços de TI.  |
| <b>Iniciativa 1.2</b>  | Manter e desenvolver (ou adquirir) novas aplicações para atendimento às necessidades da Emgea |

| OETI 02 – Aprimorar a segurança da informação, com vistas a assegurar disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade das informações corporativas |   |
|--|---|
| Iniciativas Estratégicas   |   |
| <b>Iniciativa 2.1</b>  | Promover a melhoria contínua dos mecanismos de segurança da informação. |

| OETI 03 – Aprimorar a capacitação dos colaboradores para o desenvolvimento e utilização das soluções de TI |   |
|--|---|
| Iniciativas Estratégicas   |   |
| <b>Iniciativa 3.1</b>  | Aprimorar a capacitação dos colaboradores da área de TI.                        |
| <b>Iniciativa 3.2</b>  | Aprimorar a capacitação dos colaboradores da Emgea para uso das soluções de TI. |

### MONITORAMENTO: METAS E INDICADORES DE DESEMPENHO

| OETI   | Indicadores  | Meta   | Realizado | Desempenho |
|--------|--|--------|-----------|------------|
| OETI 1 | Percentual de chamados de suporte técnico atendidos dentro do prazo.   | 92,00% | 93,33%    | 101,45%    |
|        | Percentual de satisfação dos usuários internos em relação ao atendimento prestado durante o suporte técnico. | 97,00% | 98,61%    | 101,66%    |
|        | Índice de execução das ações previstas no PDTI, relacionadas ao OETI 01.                                     | 90,00% | 88,33%    | 98,15%     |
| OETI 2 | Percentual de disponibilidade dos links de internet.   | 99,40% | 100,00%   | 100,60%    |
|        | Índice de execução das ações previstas no PDTI, relacionadas ao OETI 02.                                     | 85,00% | 67,00%    | 78,43%     |
| OETI 3 | Percentual de gestores que participaram de eventos ou cursos gerenciais.                                     | 50,00% | 50,00%    | 100,00%    |
|        | Percentual de colaboradores que participaram de eventos ou cursos técnicos.                                  | 50,00% | 82,35%    | 164,71%    |
|        | Quantidade de eventos ou cursos.   | 4      | 146       | 3650,00%   |
|        | Índice de execução das ações previstas no PDTI, relacionadas ao OETI 03.                                     | 95,00% | 75,00%    | 78,95%     |

*Desenvolvido programa de incentivo a capacitação na Superintendência de Tecnologia durante o ano de 2022, tendo adesão da maioria dos colaboradores que realizaram cursos e participações em eventos sem ônus para a empresa.*



# DESEMPENHO

## RESULTADOS DA GESTÃO ECONÔMICA

### ATIVOS

O Ativo total da Emgea somou R\$ 16,25 bilhões, com uma variação de 3,81% em relação ao exercício anterior, principalmente em razão da atualização monetária e incorporação de juros (por competência) da carteira de créditos perante o FCVS, que representa o maior ativo da Empresa, seguido das operações de crédito imobiliário, comercial e perante o setor público e das operações com imóveis não de uso, bem como do acréscimo das disponibilidades em fundos de investimentos, ocorrido sobretudo em razão dos ingressos de recursos decorrentes das novações de créditos da Empresa perante o FCVS.

| <i>R\$ Milhões</i>               |                  |                  |              |
|----------------------------------|------------------|------------------|--------------|
| Principais Ativos                | 2022             | 2021             | Varição      |
| <b>Ativo</b>                     | <b>16.245,37</b> | <b>15.648,88</b> | <b>3,81%</b> |
| FCVS                             | 14.049,07        | 13.876,60        | 1,24%        |
| Créditos Imobiliários            | 772,66           | 890,84           | -13,27%      |
| Fundos de Investimentos          | 834,96           | 379,59           | 119,96%      |
| Imóveis Não de Uso               | 96,87            | 122,12           | -20,68%      |
| Créditos Vinculados              | 440,11           | 342,17           | 28,62%       |
| Créditos Comerciais              | 0,63             | 0,46             | 36,96%       |
| Créditos perante o Setor Público | 0,00             | 0,71             | -100,00%     |
| Outros                           | 51,07            | 36,39            | 40,34%       |

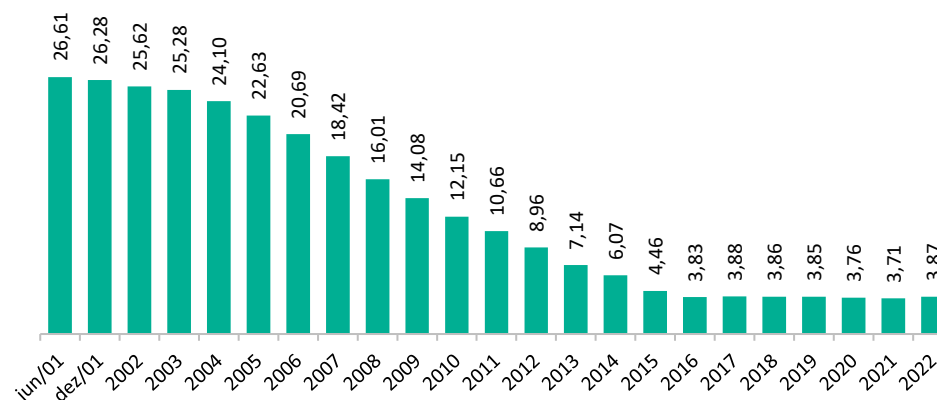
### PASSIVOS

O Passivo Exigível totalizou R\$ 4,41 bilhões, com uma variação de 4,33% em relação a 2021. Destacam-se nesse Passivo as obrigações para com o FGTS.

| <i>R\$ Milhões</i>           |                 |                 |              |
|------------------------------|-----------------|-----------------|--------------|
| Principais Passivos          | 2022            | 2021            | Varição      |
| <b>Passivo exigível</b>      | <b>4.409,87</b> | <b>4.226,65</b> | <b>4,33%</b> |
| Financiamentos               | 3.868,82        | 3.712,92        | 4,20%        |
| Outras obrigações            | 436,71          | 452,78          | -3,55%       |
| Provisões para contingências | 104,34          | 60,94           | 71,22%       |

Com os pagamentos realizados em 2022 e as atualizações monetárias ocorridas no período, o saldo de financiamentos (FGTS) totalizou, ao final do exercício, R\$ 3,87 bilhões, superior em 4,2% em relação ao saldo do encerramento do exercício anterior, em função da elevação substancial da taxa Selic no período, que representa o principal indicador do custo de carregamento do passivo da Empresa perante o FGTS.

**Evolução do Saldo de Financiamentos - 2001 – 2022** *R\$ Bilhões*



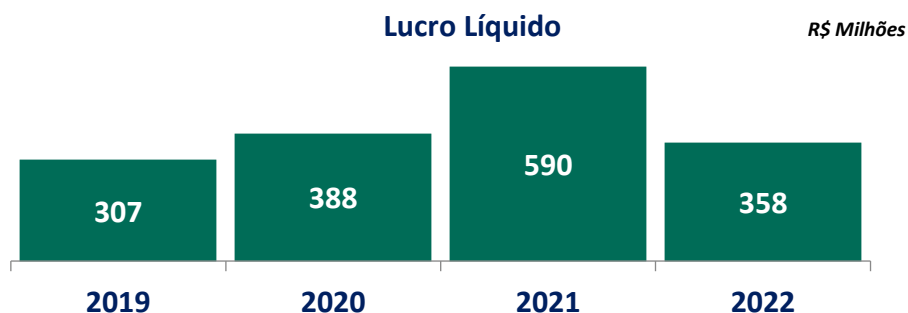
### PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido da Empresa aumentou 3,62% em relação a 2021, totalizando R\$ 11,84 bilhões, devido principalmente à incorporação do lucro líquido de 2022.

| <i>R\$ Milhões</i> |           |           |          |
|--------------------|-----------|-----------|----------|
| Patrimônio Líquido | 2022      | 2021      | Evolução |
|                    | 11.835,50 | 11.422,24 | 3,62%    |



## RESULTADO ECONÔMICO



O resultado econômico anual alcançou o montante de R\$ 358,21 milhões, que representa uma redução de 39,29% no lucro em relação ao resultado de 2021, sobretudo em razão do resultado acima do previsto observado no exercício anterior, impulsionado por negociação pontual realizada com devedor Pessoa Jurídica, bem como pelo expressivo aumento de despesas de juros e atualização monetária do principal passivo da Emgea (dívidas com o FGTS) em 2022, em decorrência do relevante aumento da taxa SELIC no período.

### Demonstração do Resultado do Exercício

*R\$ Milhões*

| Resultado                             | 2022          | 2021          | Variação       |
|---------------------------------------|---------------|---------------|----------------|
| Receita bruta                         | 1.021,56      | 824,26        | 23,94%         |
| Deduções da receita bruta             | -1.470,00     | -1.460,66     | 0,64%          |
| Custos operacionais                   | -356,60       | -187,88       | 89,80%         |
| Despesas administrativas              | -48,21        | -49,74        | -3,08%         |
| Receitas/despesas operacionais        | 1.194,54      | 1.460,04      | -18,18%        |
| Resultado financeiro                  | 16,92         | 4,00          | 323,00%        |
| <b>Resultado líquido do exercício</b> | <b>358,21</b> | <b>590,02</b> | <b>-39,29%</b> |

A Receita Bruta é composta por valores de atualização monetária e juros apropriados pelo regime de competência sobre o saldo a receber dos ativos financeiros, calculados de acordo com o método dos juros efetivos, com destaque para a carteira de créditos perante o FCVS. Em 2022, houve redução de receitas das carteiras de créditos imobiliários pessoa física e

créditos comerciais em razão da queda natural dos saldos devedores decorrente dos decursos de prazo e liquidações dos créditos em relação ao período anterior.

As Deduções da receita bruta correspondem aos impostos e contribuições PASEP/COFINS incidentes sobre a receita bruta, aos descontos concedidos nas liquidações das carteiras de crédito e às transferências para perdas de créditos ocorridas no exercício. O aumento nessa rubrica em 2022 refere-se principalmente às transferências para perdas de contratos de responsabilidade de Pessoa Física e Comerciais ocorridas no exercício, devidamente aprovadas pelas instâncias de governança da Empresa. Como a grande maioria dos créditos objeto das transferências para perdas estavam 100% provisionados, essas medidas não representaram impacto relevante no resultado da Empresa (baixas em montantes equivalentes às respectivas reversões de provisões).

Os Custos operacionais correspondem principalmente à taxa de performance paga às empresas de cobrança terceirizadas, incidentes sobre os valores de arrecadações das operações de créditos comerciais. Também são englobadas nessa rubrica as despesas de juros e atualização monetária calculados sobre as obrigações da Emgea perante o FGTS (TR + juros de 3,08% a 6% a.a. e Selic durante o período de carência). O aumento da despesa no exercício de 2022 decorre do aumento da taxa Selic no período, bem como da incidência da Taxa Referencial - TR.

O aumento do resultado financeiro, por sua vez, está associado ao acréscimo dos saldos de disponibilidades de recursos aplicados em fundos de investimentos, bem como ao aumento das taxas de juros de mercado no período.

### Créditos Imobiliários perante Pessoas Físicas

O saldo devedor corresponde às parcelas vencidas e vincendas dos contratos da carteira de créditos imobiliários, deduzido das contas retificadoras e rendas a apropriar, calculado com base no saldo contábil ajustado pela taxa efetiva de juros.



A perda de crédito esperada das operações de crédito imobiliário é calculada sobre o saldo devedor dos contratos.

R\$ Milhões

| Descrição  | 2022          | 2021          |
|--|---------------|---------------|
| Saldo devedor                                    | 2.796,26      | 3.969,74      |
| Perda de crédito esperada (provisão para perdas) | -2.023,61     | -3.078,91     |
| <b>Saldo Contábil líquido</b>                    | <b>772,65</b> | <b>890,83</b> |

### Créditos perante Pessoas Jurídicas do Setor Privado

No decorrer de 2022, houve movimentação de transferência para perdas de contratos de responsabilidade de Pessoa Jurídica em razão da inexistência de expectativas de recuperação desses ativos.

Os valores eventualmente recuperados, após efetivadas as transferências para perdas, serão registrados como receitas no momento do recebimento e terão incidência dos respectivos tributos.

R\$ Milhões

| Descrição  | 2022     | 2021     |
|--|----------|----------|
| Saldo devedor                                    | 91,60    | 219,44   |
| Perda de crédito esperada (provisão para perdas) | -91,60   | -219,44  |
| <b>Saldo Contábil líquido</b>                    | <b>-</b> | <b>-</b> |

### Créditos perante Pessoas Jurídicas do Setor Público

Em 2022 o saldo da carteira encontra-se zerado em decorrência das amortizações e do decurso de prazo contratual de todos os contratos de créditos perante o Setor Público ocorrido no período.

R\$ Milhões

| Descrição                     | 2022     | 2021        |
|-------------------------------|----------|-------------|
| Saldo devedor                 | -        | 0,71        |
| <b>Saldo Contábil líquido</b> | <b>-</b> | <b>0,71</b> |

### Créditos Comerciais

O saldo líquido teve redução no período, em decorrência da transferência para perdas dos créditos em atraso há mais de 1.800 dias.

Desde o encerramento do exercício 2020, o saldo da carteira de Créditos Comerciais está 100% alocado no ativo circulante, em decorrência da expectativa de recebimento da carteira.

R\$ Milhões

| Descrição  | 2022        | 2021        |
|--|-------------|-------------|
| Saldo Devedor                                      | 18,84       | 433,78      |
| Deságio - Créditos Comerciais                      | -14,45      | -307,82     |
| Perda de crédito esperada                          | -3,72       | -125,39     |
| Redução ao Valor Recuperável - Taxa de Performance | -0,03       | -0,10       |
| <b>Saldo Contábil líquido</b>                      | <b>0,64</b> | <b>0,47</b> |

### Créditos perante o Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS

No quadro a seguir é apresentada a composição da carteira em função da situação dos contratos perante a Administradora do FCVS. Remanesceram, na posição de 31.12.2022, os seguintes valores em carteira:

R\$ Milhões

| Situação dos Contratos        | 2022             | 2021             |
|-------------------------------|------------------|------------------|
| Não habilitados               | 45,29            | 42,93            |
| Habilitados e não homologados | 162,53           | 182,15           |
| Habilitados e homologados     | 13.841,24        | 13.651,53        |
| <b>Saldo Contábil líquido</b> | <b>14.049,06</b> | <b>13.876,60</b> |

### Imóveis não de uso

A Emgea, conforme o CPC 31, classifica os imóveis não de uso no Ativo Circulante a rubrica "Ativos não circulantes mantidos para venda".

A redução do estoque de imóveis não de uso decorre das alienações ocorridas no período, com a consequente reversão da correspondente provisão para desvalorização.



**Ativos não circulantes mantidos para venda** *R\$ Milhões*

| Descrição                     | 2022         | 2021          |
|-------------------------------|--------------|---------------|
| Imóveis não de uso            | 183,71       | 257,43        |
| Provisão para desvalorização  | -86,84       | -135,31       |
| <b>Saldo Contábil líquido</b> | <b>96,87</b> | <b>122,12</b> |

As Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas, o Relatório da Auditoria Independente sobre as Demonstrações Financeiras, o Relatório do Comitê de Auditoria, a Manifestação do Conselho de Administração e o Parecer do Conselho Fiscal sobre o encerramento do exercício de 2022 estão disponíveis na íntegra no sítio eletrônico [www.emgea.gov.br](http://www.emgea.gov.br) > A Empresa > Informações Financeiras > Demonstrações Financeiras > Demonstrações Financeiras Anuais.

## CARTEIRA DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO PERANTE PESSOAS FÍSICAS

A carteira de créditos imobiliários é composta por 63.741 créditos relativos a financiamentos imobiliários a pessoas físicas originalmente concedidos pela Caixa, adquiridos pela Emgea em 2001 e 2014. O saldo operacional em 31 de dezembro de 2022 somou R\$ 20,13 bilhões distribuídos nas carteiras apresentadas na tabela abaixo.

*R\$ Milhões*

| Carteira                         | Créditos      | Saldo            |
|----------------------------------|---------------|------------------|
| Garantia Fiduciária              | 9.947         | 1.826,76         |
| Carta de Crédito                 | 1.054         | 123,51           |
| FAT (Material Construção)        | 3.749         | 1.726,84         |
| Massa Velha com FCVS             | 1.690         | 389,15           |
| Massa Velha sem FCVS             | 32.904        | 15.959,25        |
| Baixados a Prejuízo até dez/2019 | 14.397        | 103,62           |
| <b>Total</b>                     | <b>63.741</b> | <b>20.129,13</b> |

**FATOS RELEVANTES**

O ano de 2022 foi marcado pela continuidade da internalização dos procedimentos relativos à carteira de crédito imobiliários iniciada em

2019, à época necessária em razão da necessidade de equacionamento do fluxo de caixa da Empresa, haja vista a elevação substancial dos custos da operação antes mantidas com a Caixa.

A internalização da gestão operacional da carteira ensejou a contratação de diversos serviços para viabilizar a cobrança e recuperação dos créditos, tais como perícia, despachantes, agentes fiduciários, gráfica, entre outros, anteriormente fornecidos exclusivamente pela Caixa.

Neste sentido, a arrecadação dos créditos judicializados, cuja atuação conta com a participação dos escritórios de advogados contratados, foi de R\$ 34,99 milhões e a arrecadação dos créditos em execução extrajudicial, com atuação dos agentes fiduciários, foi da ordem de R\$ 12,38 milhões, sendo o restante da arrecadação, R\$ 69,97 milhões, proveniente do pagamento de prestações e negociações efetuados pela própria Emgea.

*R\$ Milhões*

| Canal                    | Arrecadação   |
|--------------------------|---------------|
| Escritórios de Advogados | 34,99         |
| Agentes Fiduciários      | 12,38         |
| Emgea                    | 69,97         |
| <b>Total</b>             | <b>117,34</b> |

**FOCO NA ESTRATÉGIA**

Para o recebimento desses créditos são adotadas medidas negociais, tanto na esfera administrativa como na judicial, que incentivam a liquidação ou, não sendo possível, a reestruturação das dívidas, com a retomada do fluxo de pagamentos.

Para consecução de tal fim, a Empresa conta com os serviços de escritórios de advogados credenciados, agentes fiduciários (créditos com garantia hipotecária - Dec. Lei nº 70/66) e despachante (alienação fiduciária - Lei nº 9.514/97), além do serviço de *call center* por meio de prestadores de serviços terceirizados.

A carteira apresentou resultado positivo em 2022, com ingresso de recursos em valores superiores aos custos incorridos.





Merece destaque o desenvolvimento de sistema próprio de gestão e controle do crédito imobiliário (Sisgea), que ainda recebe implementações, responsável pela operacionalização de toda a carteira, com interface direta com os dados contábeis.

**Melhoria no atendimento ao cliente em 2022:**  
**- Simplificação da emissão de boletos pelo Portal Emgea na internet**  
**- Implementação de controles de gerenciamento das demandas geradas pelos devedores**

Registre-se ainda a liquidação de dívida de mais de 2,7 mil créditos decorrentes de negociações de dívidas e término do prazo de financiamento.

#### FOCO NA ARRECAÇÃO

Considerado os cenários interno e externo, e o decréscimo anual médio da carteira, da ordem de 13% (de 2011 a 2021), o resultado do ano de 2022 apresentou-se significativo à medida que conseguiu reverter a tendência de queda e superar em 8,13% a arrecadação realizada no ano anterior.

Destaque-se, ainda, o atingimento da meta estipulada no PDG, ultrapassada em 7,14%.

*R\$ Milhões*

| Realizado 2021 | Meta 2022 | Realizado 2022 | Variação perante: |         |
|----------------|-----------|----------------|-------------------|---------|
|                |           |                | Meta              | 2021    |
| 108,52         | 109,52    | 117,35         | 7,14% ↑           | 8,13% ↑ |

## CARTEIRA DE CRÉDITO PERANTE PESSOAS JURÍDICAS

A carteira de créditos perante pessoas jurídicas é composta por 746 contratos, que se dividem entre os setores público e privado. As operações, decorrentes, na sua maioria, de créditos concedidos para construção de imóveis com recursos oriundos do SFH ou adquiridos de governos estaduais no âmbito do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária - PROES, foram cedidas pela Caixa à Emgea no ano de 2001 já na condição de inadimplentes. Em

31.12.2022 o saldo operacional total da carteira era de aproximadamente R\$ 78,66 bilhões, distribuídos conforme a tabela abaixo:

*R\$ Bilhões*

| Segmento      | Qtde. Contratos | Dívida total |
|---------------|-----------------|--------------|
| Setor Privado | 739             | 75,23        |
| Setor Público | 7               | 3,43         |
| <b>Total</b>  | <b>746</b>      | <b>78,66</b> |

#### FOCO NO CONHECIMENTO

Em 2022 a Emgea deu continuidade ao projeto voltado à depuração de todos os processos judiciais vinculados a contratos da carteira de créditos perante pessoas jurídicas do setor privado.

Iniciado em janeiro de 2021, o projeto permitiu que 487 processos judiciais vinculados a 588 operações da carteira fossem objeto de estudo pelos Escritórios Jurídicos contratados pela Emgea até dezembro de 2022, mesmo considerando todas as dificuldades de acesso aos processos físicos, em decorrência da pandemia.

O trabalho permitiu o levantamento de informações cruciais para a gestão dos créditos, como a situação atual das ações e o alcance de bens dos devedores para garantia e satisfação dos créditos da Emgea.

**Os dados gerados permitiram o enriquecimento das bases gerenciais e agregaram valor à carteira, objeto de estudo pelo BNDES no âmbito do PND.**

#### FOCO NAS MELHORIAS

Em decorrência da rescisão do Contrato de Prestação de Serviços firmado com a Caixa, em 2020 foi dado início à internalização das operações de crédito perante pessoas jurídicas e adequação dos sistemas próprios para gestão desses ativos.

Com isso, as operações passaram a ser controladas e geridas por meio de sistema de gestão de ativos próprio (Sisgea), voltado não só a evolução dos



créditos, mas também à consulta de informações processuais, interface com prestadores de serviços e controle de solicitações e despesas relativas aos contratos ou processos judiciais.

Mesmo estando em curso frentes de trabalho voltadas à adequação e melhorias do sistema, os módulos em uso conferem maior agilidade aos processos gerenciais e negociais da Emgea.

#### FOCO NA ARRECAÇÃO

Os esforços permitiram que no ano de 2022 a carteira de créditos perante pessoas jurídicas obtivesse a arrecadação de R\$ 7,79 milhões.

Desde o início do processo de depuração e, em especial após a publicação da Resolução CPPI nº 242, posteriormente alterada pela Resolução nº 256/2022, a Carteira PJ reduziu drasticamente o número de estudos negociais da área levados a termo, e conseqüentemente a arrecadação, de modo a não interferir no Projeto de Desestatização.

| Pessoa Jurídica do Setor Privado e Público |              |             | R\$ Milhões   |
|--|--------------|-------------|---------------|
| 2022                                       | Metas PDG    | Realizado   | %             |
| PJ Setor Privado                           | 23,01        | 7,07        | 30,72%        |
| PJ Setor Público                           | 0,72         | 0,72        | 100,44%       |
| <b>Total</b>                               | <b>23,73</b> | <b>7,79</b> | <b>32,83%</b> |

## CARTEIRA DE CRÉDITO COMERCIAL

Com a finalização do período legal no Credenciamento nº 001/2017 em 2022, a Carteira Comercial PF passou por novo processo de credenciamento de prestadores de serviços, tendo como resultado a habilitação de 34 Empresas de assessoria de cobrança, no segundo semestre, e efetiva contratação de cinco delas, em substituição aos contratos finalizados, o que garantiu a continuidade no processo de cobrança. Após o período de transição e adaptação das novas contratadas, a carteira encontra-se estruturada para a continuidade do processo de recuperação de créditos em 2023.

As principais realizações na gestão da carteira em 2022 foram:

- Manutenção das campanhas de bonificação às assessorias de cobrança.
- Identificação de clientes negativados para priorização de cobrança.
- Mutirão de audiências de conciliação dos contratos *sub judice*.
- Utilização de arte publicitária de datas comemorativas.
- Disponibilização dos cronogramas de vencimentos e respectivos boletos aos clientes.
- Disponibilização de documentação comprobatória das contratações originais.
- Renovação dos serviços de boletos bancários com redução de custo.
- Envio de cartas-comunicados pela Serasa para devedores selecionados.
- Credenciamento de 34 assessorias por meio do Edital nº 01/2022 com contratação imediata e prestação de serviços para até cinco anos.

Com cerca de 1,55 milhão de contratos de crédito e saldo de R\$ 4,53 bilhões, a carteira apresenta cerca de 79,23% do saldo em atraso acima de nove anos e ticket médio de aproximadamente R\$ 2,92 mil.

| Faixas de atraso | Nº de contratos em 31.12.2022 | Saldo R\$ Milhões |                 |
|------------------|-------------------------------|-------------------|-----------------|
|                  |                               | 31.12.2022        | 31.12.2021      |
| Até 5 Anos       | 4.003                         | 2,10              | 7,05            |
| De 5 a 7 Anos    | 14.594                        | 27,12             | 140,85          |
| De 7 a 9 Anos    | 270.756                       | 912,07            | 1.829,29        |
| De 9 a 11 Anos   | 739.292                       | 1.944,34          | 1.824,91        |
| Acima de 11 Anos | 524.842                       | 1.645,90          | 820,85          |
| <b>Total</b>     | <b>1.553.487</b>              | <b>4.531,52</b>   | <b>4.622,95</b> |

#### ARRECAÇÃO

A arrecadação anual somou R\$ 24,94 milhões em entradas de recursos no caixa, sendo 85,69% desse valor em dívidas com mais de sete anos de atraso. A taxa média de arrecadação sobre o saldo ficou em 0,55% no ano.



*R\$ milhões*

| Faixa de atraso  | Arrecadação  |
|------------------|--------------|
| 0 a 5 Anos       | 0,43         |
| 5 a 7 Anos       | 3,14         |
| 7 a 9 Anos       | 11,04        |
| 9 a 11 Anos      | 7,09         |
| Acima de 11 Anos | 3,24         |
| <b>Total</b>     | <b>24,94</b> |

**Pessoa Física Comercial**

*R\$ Milhões*

| 2022                | Metas PDG | Realizado* | %      |
|---------------------|-----------|------------|--------|
| <b>PF Comercial</b> | 35,68     | 25,51      | 71,51% |

(\*) Adicionalmente, no exercício, foram arrecadados R\$ 0,57 milhão referentes a levantamento de Depósitos Judiciais.

#### ENVELHECIMENTO DOS CONTRATOS DA CARTEIRA

Em 2022, o saldo dos contratos com dívidas vencidas até cinco anos, com maior potencial de cobrança e negociação, reduziu-se para R\$ 2,1 milhões, o que representa 0,05% do saldo total em dez/2022. O envelhecimento da carteira implica em maior esforço de cobrança para se manter a arrecadação, uma vez que 99,35% do saldo apresenta atraso de mais de sete anos.

#### ACORDOS FIRMADOS EM 2022

**Em 2022 foram gerados 93.525 acordos que somaram mais de R\$ 125,35 milhões, com recebimentos à vista e em parcelas no total de R\$ 25,51 milhões.**

| Canal                   | Valores Negociados (R\$ Milhões) |
|-------------------------|----------------------------------|
| Assessorias de cobrança | 119,62                           |
| Escritórios Judiciais   | 4,43                             |
| Portal                  | 0,86                             |
| Emgea                   | 0,44                             |
| <b>Total</b>            | <b>125,35</b>                    |

## CARTEIRA DE CRÉDITOS PERANTE O FUNDO DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÕES SALARIAIS - FCVS

A Emgea é titular de créditos perante o Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, performados na Empresa após a liquidação ou decurso de prazo das operações de créditos imobiliários firmadas com os mutuários finais com a cobertura do Fundo, ou cedidos à Empresa nas negociações com devedores.

No encerramento do exercício de 2022, o montante de créditos perante o FCVS, deduzidas as possíveis perdas ao longo do processo operacional de realização dos créditos, totalizou R\$ 14.049 milhões.

*R\$ Milhões*

| Situação dos contratos        | Saldo            | Redução do valor recuperável | Líquido          |
|-------------------------------|------------------|------------------------------|------------------|
| Não habilitados               | 126,19           | 80,90                        | 45,29            |
| Habilitados e não homologados | 452,87           | 290,34                       | 162,54           |
| Habilitados e homologados     | 18.115,25        | 4.274,01                     | 13.841,24        |
| <b>Saldo líquido</b>          | <b>18.694,31</b> | <b>4.645,25</b>              | <b>14.049,07</b> |

**NOVAÇÕES EM 2022**

*R\$ Milhões*

| Contratos de Novação de Dívidas                           | Títulos CVSA/B | Valores recebidos em espécie |
|---|----------------|------------------------------|
| <i>Na posição de 1º.11.2022</i>                           |                |                              |
| nº 314/2022/CAF, relativo à 26ª Novação de Dívidas FCVS   | 7,85           | 70,78                        |
| nº 316/2022/CAF, relativo à 27ª Novação de Dívidas FCVS   | 14,88          | 94,66                        |
| <i>Na posição de 1º.12.2022</i>                           |                |                              |
| nº 319/2022/CAFIN, relativo à 28ª Novação de Dívidas FCVS | 46,44          | 437,44                       |



## HISTÓRICO DE NOVAÇÕES

No quadro a seguir, é apresentado o histórico do montante de dívidas do FCVS novadas pela União com a Emgea, em valores correntes de cada ano:

### Créditos perante o FCVS

R\$ Milhões

| Ano          | Quantidade:    |                  | Valor no 1º dia do mês de novação |
|--------------|----------------|------------------|-----------------------------------|
|              | créditos FVS   | títulos CVS      |                                   |
| 2007         | 32.933         | 252.050          | 675,58                            |
| 2008         | 7.017          | 76.483           | 188,09                            |
| 2010         | 11.636         | 213.866          | 634,03                            |
| 2011         | 31.847         | 414.542          | 1.309,72                          |
| 2012         | 1.642          | 24.871           | 76,65                             |
| 2013         | -              | -                | -                                 |
| 2014         | -              | -                | -                                 |
| 2015         | 16.219         | 146.474          | 673,59                            |
| 2016         | -              | -                | -                                 |
| 2017         | -              | -                | -                                 |
| 2018         | 2.390          | 32.003           | 103,82                            |
| 2019         | -              | -                | -                                 |
| 2020         | 5.575          | 120.948          | 446,51                            |
| 2021         | 3.993          | 33.359           | 117,48                            |
| 2022         | 5.230          | 124.368          | 668,43                            |
| <b>Total</b> | <b>118.482</b> | <b>1.438.964</b> | <b>4.893,90</b>                   |

## NOVAÇÕES EM ANDAMENTO

No exercício de 2022, foram instruídos processos de novação de dívidas do FCVS no montante de R\$ 2.453,47 milhões, que somados ao valor de R\$ 2.258.52 milhões referentes aos processos formalizados até 2021 totalizam R\$ 4.711,99 milhões de créditos FCVS em processo de novação na posição de 31.12.2022.

## CARTEIRA DE IMÓVEIS NÃO DE USO

Uma das últimas medidas adotadas para a recuperação dos créditos, especialmente dos créditos imobiliários, depois de esgotadas as ações de

cobrança, é a realização das garantias por meio de adjudicação, arrematação, recebimento de dação em pagamento ou consolidação de propriedade. Os imóveis assim recebidos passam a integrar os ativos da Emgea, classificados como imóveis não de uso e são ofertados à venda, observados os procedimentos nos termos da Lei 13.303/2016, art. 28, e Lei 9.514/1997 (no caso de leilões previstos no tocante à alienação fiduciária de bem imóvel dado em garantia para o crédito imobiliário), com vistas a concluir a recuperação do crédito e ingressar recursos financeiros no caixa da Empresa.

Com o objetivo de tornar a gestão de imóveis não de uso mais eficiente, melhorando o resultado, foram estabelecidas duas diretrizes principais – reduzir o passivo da carteira e melhorar as margens operacionais e os resultados de vendas.

Dois fatores são de suma importância para este objetivo:

- O tempo médio de permanência do imóvel em estoque. Quanto maior o tempo em estoque maior é o custo de manutenção acumulado (*propter rem* e outras despesas).
- A correção do passivo, *vis a vis* as taxas obtidas nas aplicações financeiras. Os juros por atraso no pagamento de *propter rem* relacionado a condomínios é maior do que os juros que remuneram as disponibilidades da Empresa aplicadas em Fundos de Investimento.

Com o encerramento do contrato de prestação de serviços firmado perante à Caixa em 2020, a Emgea contratou outros prestadores a fim de reduzir custos e otimizar os resultados até então alcançados.

Em dezembro de 2022, a situação da carteira de Imóveis era a seguinte:

R\$ Milhões

| Qtde. de imóveis | Valor Avaliação | Valor Estimado de Venda | Ticket médio  |
|------------------|-----------------|-------------------------|---------------|
| <b>1.327</b>     | <b>318,23</b>   | <b>129,85</b>           | <b>0,0979</b> |



Com foco no resultado operacional, houve aprovação de campanha específica para novembro e dezembro, escalonando o desconto adicional de acordo com o tempo em oferta na plataforma de vendas, conforme quadro adiante, sendo que o resultado financeiro e a baixa da venda refletem nos meses de novembro e dezembro de 2022, bem como janeiro a março de 2023.

| Faixa Tempo em Oferta na Plataforma de Venda | Desconto de Campanha | Desconto Adicional Aprovado |
|--|----------------------|-----------------------------|
| até 6 meses                                  | 20%                  | 5%                          |
| de 6 a 12 meses                              | 20%                  | 10%                         |
| de 12 a 18 meses                             | 20%                  | 15%                         |
| acima de 18 meses                            | 20%                  | 20%                         |

Como resultado desta oferta a arrecadação anual com a venda de imóveis não de uso foi de R\$ 75,72 milhões, 9,86% inferior ao previsto:

| 2022               | Metas PDG | Realizado | %      |
|--------------------|-----------|-----------|--------|
| Imóveis Não de Uso | 84,00     | 75,72     | 90,14% |

*R\$ Milhões*

**A alienação de imóveis gerou, em 2022, ingressos de cerca de R\$ 75,72 milhões.**

Com o objetivo de reduzir o passivo da área, foram implementadas as seguintes ações:

- Sobre o Passivo Corrente (despesas de *propter rem* vencidas no exercício): As despesas vencíveis em 2022 foram previstas no PDG 2022 e quase que integralmente pagas ao longo do exercício. Foi encerrada a prática de quitação deste passivo somente quando da venda do imóvel.
- Sobre o Passivo Histórico (despesas de *propter rem* vencidas em exercícios anteriores): estruturado plano de ação para abordagem dos condomínios a fim de renegociar as dívidas, com tentativa de obtenção de desconto sobre o valor da dívida e evitados processos judiciais de cobrança.

- Sobre o Passivo Potencial (despesas de *propter rem* cobradas pela Caixa ao longo do período do contrato): apuradas as bases destes lançamentos para identificar a efetividade da dívida e analisados os contratos sob a luz das cláusulas de prejuízo e nível de serviço, foram identificadas falhas operacionais passíveis de ressarcimento ou de aplicação de penalidades. A apuração do valor final do acerto está em análise pela contraparte.

- Utilização das prerrogativas estabelecidas no Artigo 28 da Lei nº 13.303/2016, possibilitando a venda direta de imóveis, conferindo maior agilidade na liberação para venda, a fim de fomentar a arrecadação pela venda de imóveis.

Adicionalmente, com vistas a aprimorar a gestão operacional foram implementadas as seguintes medidas:

- Operacionalização e avaliação da base cadastral para os imóveis da Empresa no sistema Totvs (Módulo TCGI - Construção Gestão de Imóveis) implantadas em 2021. Continuidade do processo de integração das bases de informações e internalização de novos ativos não de uso;
- Prosseguimento no estudo da carteira e ato contínuo de saneamento documental (imóveis em estoque), com solicitação de laudo, levantamento de certidões de ônus reais e de matrícula dos imóveis. Este saneamento permite reduzir o risco de desistência dos compradores, reduzir o tempo de liquidação da venda, melhorar o funcionamento da área, reduzindo retrabalho e conferindo maior agilidade na conclusão dos negócios.
- Aprofundamento no estudo da base com construção de indicadores com objetivo de gerir atividades que mitigue a morosidade em atendimento de demandas;
- Desenvolvimento de relatórios para controle de atendimento de ocorrências cadastradas no Sisgea;
- Estudo dos débitos tributários incidentes nos imóveis não de uso para fins de adesão ao Refis com objetivo de reduzir valores vencidos a pagar.



Estas ações, executadas até fim do ano de 2022, permitiram o alcance de alguns resultados importantes:

- A totalidade dos condomínios dos imóveis em estoque foi abordada para renegociação da dívida.
- Quitação de 52,65% da dívida vencida de condomínio incidentes em imóveis em estoque, e 99,22% de IPTU.
- Perspectivas de quitação do passivo restante dos imóveis em estoque, no curso de 2023.
- O processo de quitação encontra algumas dificuldades quando existem ajuizamentos de ações com gravames antigos, condomínios informais, e outros casos de difícil conclusão, mas o trabalho em conjunto com o jurídico da Empresa vem possibilitando agilidade e bons resultados nas soluções.

## GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

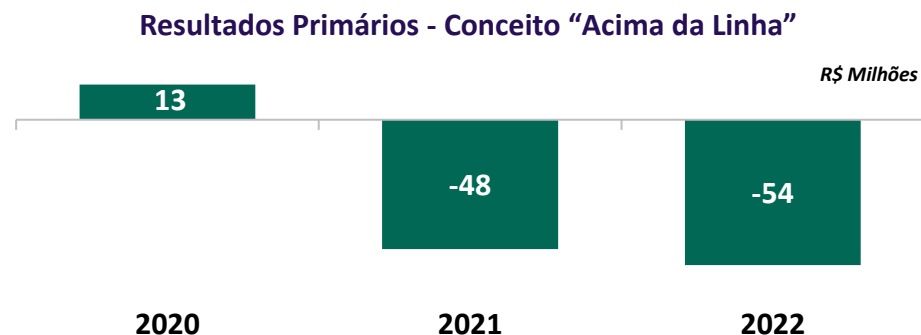
A gestão orçamentária da Emgea é realizada em consonância com o Programa de Dispêndios Globais - PDG das empresas estatais federais. O PDG para 2022 foi aprovado pelo Decreto nº 10.892 de 13.12.2021.

No decorrer de 2022, o orçamento foi adequado para fazer face a eventos não previstos quando da programação original. A reprogramação orçamentária proposta à SEST/ME foi aprovada pela Portaria ME nº 10.284, de 1º.12.2022, que altera o Anexo do Decreto nº 10.892/2021, que aprovou o PDG 2022 das Empresas Estatais. Posteriormente ajustada com o remanejamento encaminhada a SEST em 11.11.2022 conforme Nota Técnica nº 335/2022-DIFIN/SUCOR.

No ano, as receitas econômicas totalizaram R\$ 3,53 bilhões (50,19% do previsto) e as despesas R\$ 2,85 bilhões (53,54% do estimado), devido principalmente à realização, aquém do previsto, das novações de dívidas do FCVS (créditos da Emgea) pela União no período.

O “Resultado Primário”, apresentou déficit fiscal de R\$ 54,21 milhões (90,20% inferior ao déficit previsto de R\$ 553,05 milhões), devido principalmente ao não pagamento dos dividendos apurados no exercício de 2019 a 2021 (R\$ 305,40 milhões) e à redução de despesas relativas a serviços de terceiros (R\$ 29,90 milhões) e de despesas com pagamentos de débitos *propter rem* relativos a imóveis não de uso (R\$ 14,56 milhões).

O gráfico seguinte apresenta o comportamento do Resultado Primário nos últimos três anos (2020 a 2022).



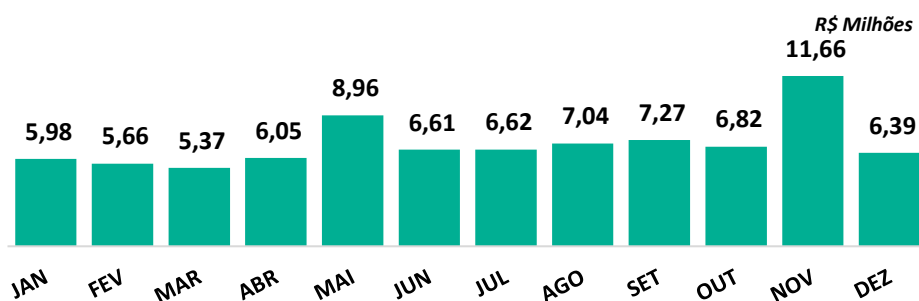
A destinação dos recursos relativos ao resultado de 2022 para a Reserva Legal (5% do LL ajustado), para dividendos, sob a forma de Juros Sobre o Capital Próprio – JCP, imputados aos dividendos mínimos obrigatórios (25% do LL ajustado) e para a nova Reserva para Cumprimento de Obrigações (até 75% do LL ajustado), serão objeto de aprovação pela Assembleia Geral Ordinária (AGO) de Acionistas, prevista para o dia 20 de abril de 2023 conforme Demonstrações Financeiras Anuais publicadas no sítio eletrônico [www.emgea.gov.br](http://www.emgea.gov.br).

## GESTÃO TRIBUTÁRIA

Durante o exercício foram recolhidos impostos, contribuições e taxas no montante de R\$ 84,42 milhões, incluindo as compensações tributárias efetuadas ao longo do ano, o que representou um acréscimo de 16,97% frente aos R\$ 72,17 milhões relativos ao exercício de 2021.



## Impostos, Taxas e Contribuições recolhidos em 2022



O acréscimo de R\$ 12,25 milhões decorre principalmente de IRRF retido sobre rendimentos de aplicações financeiras (R\$ 9,42 milhões) especialmente em maio e novembro, e do recolhimento de PASEP e Cofins sobre receitas da carteira de Créditos FCVS.

## GESTÃO FINANCEIRA

### Fluxo de Caixa - Ingresso de recursos

R\$ Milhões

| Ingressos                            | 2022          | 2021          | Variação      |
|--------------------------------------|---------------|---------------|---------------|
| Carteira de créditos comerciais      | 25,51         | 41,39         | -38,37%       |
| Carteira de créditos imobiliários PF | 116,71*       | 104,92        | 11,24%        |
| Carteira de créditos imobiliários PJ | 7,07          | 154,70        | -95,43%       |
| Carteira de crédito setor público    | 0,72          | 1,35          | -46,67%       |
| Alienação Imóveis Não de Uso         | 75,72         | 72,05         | 5,09%         |
| Novação FCVS/ Monetização CVS        | 546,75        | 248,37        | 120,14%       |
| Receitas Financeiras Líquidas        | 54,73         | 10,90         | 402,11%       |
| Crédito Tributário                   | 1,08          | 0,93          | 16,13%        |
| Outros                               | 7,00          | 20,75         | -66,27%       |
| <b>Total</b>                         | <b>835,29</b> | <b>655,36</b> | <b>27,46%</b> |

(\*) Os valores dos ingressos estão divergentes daqueles informados nos tópicos anteriores referentes às respectivas Carteiras, em razão da classificação realizada pela área financeira, que agrega outros ingressos relacionados aos respectivos produtos.

Em 2022 transitaram no caixa da Emgea R\$ 835,29 milhões, desempenho 27,46% superior a 2021. Desse total, R\$ 546,75 milhões são originários da novação de dívidas do FCVS (créditos da Emgea), sendo que parte (em títulos CVSB e em espécie) se encontrava bloqueada perante o FGTS e foi utilizada para pagamento das prestações mensais da dívida da Empresa para com o citado Fundo (R\$ 194,66 milhões). Também oriundos de novações, R\$ 352,08 milhões (parcela em espécie da novação de dívidas com origem SBPE) foram creditados diretamente à Emgea.

Além das movimentações relativas aos processos de novação de dívidas do FCVS, registre-se os ingressos decorrentes da arrecadação de recursos advindos das operações da Empresa, referentes à carteira de crédito imobiliário pessoa física (R\$ 116,71 milhões), os montantes obtidos pela alienação de imóveis não de uso (R\$ 75,72 milhões), os valores originários da carteira de créditos comerciais (R\$ 25,51 milhões) e da carteira de crédito imobiliário pessoa jurídica e setor público (R\$ 7,79 milhões).

### Fluxo de Caixa - Saída de recursos

R\$ Milhões

| Saídas                                | 2022          | 2021          | Variação      |
|---------------------------------------|---------------|---------------|---------------|
| Serviço da Dívida (FGTS e outros)     | 194,66        | 193,47        | 0,62%         |
| Tributos/Encargos                     | 73,64         | 57,39         | 28,32%        |
| Serviços de Terceiros                 | 24,72         | 43,58         | -43,28%       |
| Prêmios de Seguros/FCVS               | 4,96          | 5,03          | -1,39%        |
| Dispêndios Correntes Operacionais     | 39,05         | 48,08         | -18,78%       |
| Despesas Administrativas e de Pessoal | 30,75         | 29,97         | 2,60%         |
| Investimentos                         | -             | -             | 0,00%         |
| Outros                                | 12,12         | 12,43         | -2,49%        |
| <b>Total</b>                          | <b>379,90</b> | <b>389,95</b> | <b>-2,58%</b> |

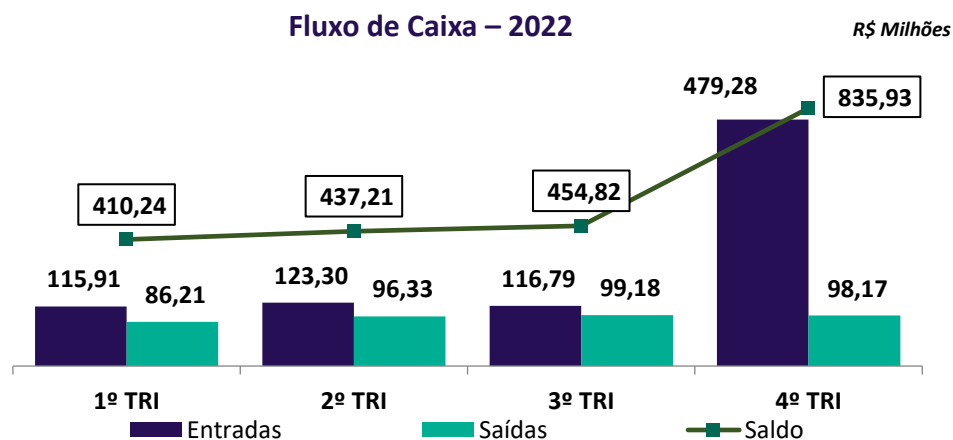
Os desembolsos no período somaram R\$ 379,90 milhões, dos quais destacamos os montantes relativos aos pagamentos de financiamentos perante o FGTS (R\$ 194,66 milhões), de tributos (R\$ 73,64 milhões), de dispêndios correntes operacionais (R\$ 39,05 milhões) e com serviços de terceiros (R\$ 24,72 milhões). Observa-se que as saídas no período foram 2,58% (R\$ 10,05 milhões) menores que em 2021.



Vale registrar que, com base na Resolução CCFGTS 752/2014, o pagamento das prestações mensais da dívida perante o FGTS ao longo de 2022 foi realizado com os recursos provenientes de Novação de Créditos FCVS que estão caucionados na Caixa/FGTS. O saldo remanescente desses recursos, em 31.12.2022, equivalia a R\$ 365,50 milhões e será utilizado no pagamento das prestações vincendas do contrato nº 450.169 no decorrer de 2023.

No tocante à gestão de passivos, a publicação da Resolução CCFGTS nº 1.038, de 7 de julho de 2022, possibilitou a renegociação dos prazos de carência para pagamento de parte expressiva das dívidas da Emgea junto ao FGTS por mais 18 meses, reduzindo significativamente o risco de liquidez da Empresa no curto prazo. Os 2º termos aditivos aos contratos foram assinados em 21.11.2022 e os prazos ajustados para 20.6.2024 (contrato nº 478.510) e 20.8.2024 (contrato nº 482.487). Importante registrar que a citada Resolução CCFGTS nº 1.038/2022 permite, a critério do Agente Operador (Caixa), novas prorrogações da carência de vencimento das dívidas perante o FGTS, até dezembro de 2026.

**No final de 2022, o saldo de caixa somou R\$ 835,94 milhões. Comparando ao encerramento de 2021 (R\$ 380,54 milhões), o valor foi 119,67% maior.**



Seguindo o estabelecido no Art. 2º da Resolução CMN nº 3.284/2005 alterado pela Resolução CMN nº 4.034/2011) as disponibilidades financeiras da Emgea são aplicadas em fundos de investimentos Extramercado geridos por instituições financeiras federais: BB Extramercado FAE 2 e Caixa Extramercado Exclusivo XXI.

Os referenciais de rentabilidade desses fundos acompanharam a variação do subíndice Anbima IRFM-1 (Índice de Renda Fixa de Mercado), cujas carteiras são compostas por títulos públicos federais prefixados (LTN e NTN) de curto prazo.

#### Rentabilidade das Aplicações Financeiras

| Ano  | Rentabilidade acumulada: |        |
|------|--------------------------|--------|
|      | nominal média            | média* |
| 2018 | 6,94%                    | 99,47% |
| 2019 | 6,74%                    | 99,69% |
| 2020 | 3,67%                    | 95,64% |
| 2021 | 2,65%                    | 90,54% |
| 2022 | 11,85%                   | 98,54% |

\*Em relação ao índice Anbima

## GESTÃO DE PESSOAS

A Emgea não possui quadro de pessoal próprio. Como previsto na Medida Provisória que criou a Empresa (MP nº 2.196-3/2001), os cargos comissionados são ocupados por profissionais contratados no mercado e por empregados cedidos pela Administração Pública Federal e submetem-se ao regime integral e dedicação exclusiva ao serviço.

A estrutura atual, aprovada por meio da Portaria nº 17, de 22.12.2015, pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - DEST (atual Secretaria de Coordenação das Estatais - SEST, do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos - MGI), estabelece a dotação de 104 (cento e quatro) colaboradores.





Para a realização de serviços de apoio administrativo são contratados serviços terceirizados.

Desde a inclusão da Emgea no PND em 2019, são realizados somente treinamentos para os empregados e administradores determinados na Lei nº 13.303/2016 e Decreto nº 8.945/2016.

A Empresa mantém um Programa de Qualidade de Vida no Trabalho - PQVT, buscando a melhoria da qualidade de vida e o bem-estar no ambiente do trabalho.

O Regulamento de Pessoal da Empresa apresenta um Programa de Valorização do Capital Humano que dentre as ações de impacto destaca-se a necessidade de verificar no processo seletivo critérios de pluralidade e diversidade, reservando, preferencialmente, ao menos 50% dos cargos ao acesso feminino.

#### **POLÍTICA DE PARTICIPAÇÃO DE EMPREGADOS E ADMINISTRADORES NOS RESULTADOS DA ENTIDADE.**

A Emgea possui dois programas específicos para a participação de empregados e administradores nos resultados da Empresa, anualmente submetidos à aprovação da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Ministério da Fazenda: o *Programa de Participação de Empregados nos Lucros ou Resultados da Emgea - PLR Empregados* e *Programa de Remuneração Variável Anual - RVA de Dirigentes da Emgea*.

O Programa PLR Empregados promove a distribuição de lucros ou resultados aos empregados da Emgea e tem por objetivo incentivar os negócios e a melhoria dos resultados da Empresa ao reconhecer o esforço de cada um na construção do resultado do exercício.

O montante máximo de valores a distribuir a título de PLR deverá limitar-se a 1% do Lucro Líquido (LL) do exercício, não podendo exceder a 25% dos dividendos a serem pagos aos acionistas e ao limite individual de 1 remuneração do empregado.

Anualmente é celebrado Acordo entre Empresa e empregados para detalhamento de metas, indicadores, pontuações, tabelas de bonificação e de redução e critérios de distribuição de PLR no respectivo exercício.

O Programa RVA de Dirigentes tem por objetivo vincular a parcela da remuneração variável dos dirigentes a seu desempenho em relação ao alcance de resultados na Empresa.

Os critérios são compatíveis com a política de gestão de riscos, de modo a não incentivar comportamentos que elevem a exposição a riscos acima dos níveis considerados prudentes, garantindo-se o desenvolvimento sustentável da Empresa.

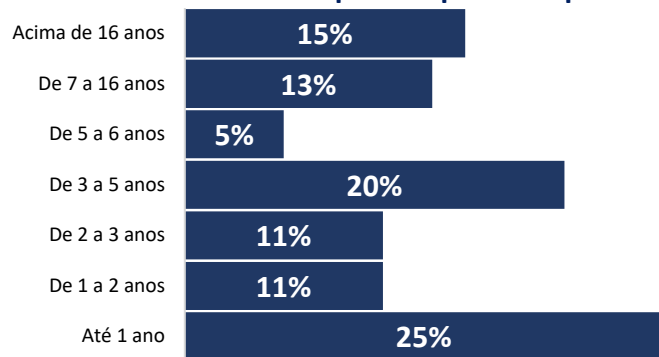
Participam do Programa RVA os membros da Diretoria Executiva, não sendo abrangidos os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal e de Comitês. O limite máximo de pagamento a cada participante é fixado em Acordo Anual de RVA.

Tanto no Programa PLR Empregados como no Programa de RVA de Dirigentes, os indicadores definidos são alinhados com o Planejamento Estratégico e com o Plano de Negócios da Empresa e os pagamentos são condicionados ao alcance das metas estabelecidas, sendo os valores dos indicadores verificados e auditados. São também condicionantes ao pagamento de vantagens aos empregados: a necessidade de prévia autorização do CPPI para eventual distribuição de dividendos, no caso de sociedade incluída no PND (conforme Decreto nº 2.594/1998 e Lei nº 13.334/2016) e aos dirigentes o efetivo recolhimento de recursos ao acionista (dividendos e/ou JCP).

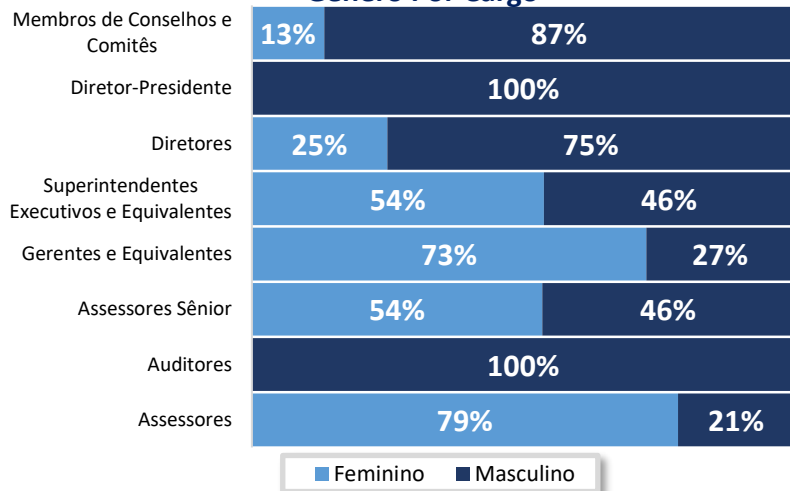
A remuneração dos colaboradores e dos membros dos órgãos estatutários da Emgea é divulgada no sítio eletrônico da Empresa e nas Notas Explicativas que compõem as Demonstrações Financeiras Trimestrais e Anuais, também publicadas no sítio eletrônico.



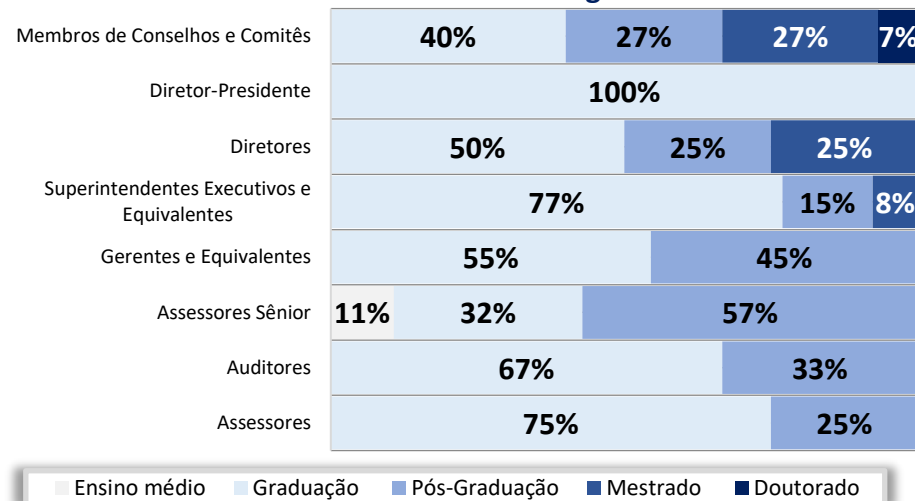
### Colaboradores por tempo de Empresa



### Gênero Por Cargo



### Escolaridade Por Cargo



### DIREITOS HUMANOS

Na Emgea, entendemos que os direitos humanos são direitos básicos inerentes a todos.

Expressamos no Código de Ética, Integridade e Conduta o nosso compromisso de promover a equidade, o respeito a todas as diferenças, sejam elas de gênero e orientação sexual, de raça e etnia, de religião, de cultura, de convicção política, de idade, de classe social, de capacidade física ou quaisquer outras. Também não admitimos atos de preconceito, discriminação, assédio moral, assédio sexual, ameaça, chantagem, calúnia, difamação, injúria, falso testemunho ou quaisquer outros atos que contrariem nossos valores éticos.

Divulgamos no sitio eletrônico o Código de Ética, Integridade e Conduta código aplicável a todos os membros dos órgãos estatutários, colaboradores e parceiros da Emgea, bem como àqueles que estiverem prestando serviços para a Emgea.



Destacamos abaixo, ações da Emgea relacionadas ao respeito aos direitos humanos:

- observação da pluralidade e da diversidade nos processos seletivos em cumprimento ao Programa de Valorização do Capital Humano;
- ampliação do prazo de licença paternidade em 15 dias, mediante solicitação formal do funcionário, totalizando 20 dias de ausência;
- concessão da licença maternidade e adoção de até 180 dias;
- utilização de cláusulas contratuais que expressam o cumprimento da legislação trabalhista, previdenciária e fiscal para atender aos requisitos de responsabilidade socioambiental.
- disponibilização de Ouvidoria, canal de comunicação direta, especializado no atendimento denúncias, sugestões e agradecimentos/elogios em 1ª instância ou, ainda, de reclamações, solicitações e dúvidas não solucionadas através dos canais de atendimento convencionais. A Ouvidoria Interna encaminha, semestralmente, um Relatório para o Comitê de Auditoria e Conselho de Administração.

## GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

As compras e contratações pela Emgea são realizadas com observância das exigências legais relativas a processos licitatórios.

Os pagamentos das obrigações relativas aos contratos firmados são precedidos de análise dos termos pactuados; da efetiva entrega dos produtos ou serviços; das condições de habilitação; da regularidade fiscal; e da existência de possíveis fatos impeditivos relacionados ao fornecedor.

Os desembolsos são acompanhados pela área gestora de contratações e pelos fiscais dos contratos.

Como ferramenta auxiliar para a gestão do processo de aquisição de bens e serviços, é utilizado o Sistema de Aquisição de Bens e Serviços - Sispaq, desenvolvido internamente pela Emgea.

O Sispaq é dotado de funcionalidades que, entre outras, permitem verificar a conformidade dos pagamentos efetuados.

Para a publicidade legal, destinada ao cumprimento de exigências previstas em Lei, a Emgea mantém contratos com a:

- a Imprensa Nacional, cujo objeto é prestação de serviços de publicação no diário oficial da união, de atos oficiais e demais materiais nas seções 1, 2 e 3, para atender as necessidades da Emgea. Consiste na publicação de extratos de contratos, termos aditivos, avisos de licitação, demonstrações financeiras anuais e demais divulgações para atendimento ao princípio constitucional da publicidade;
- Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC, cujo objeto é a execução de Serviços de Distribuição de Publicidade Legal impressa e/ou eletrônica em veículos de comunicação, para atender as necessidades da Emgea, relacionadas às providências relativas a publicações em jornais de grande circulação, exigidas por Lei.

As despesas com publicidade legal realizadas no exercício de 2022 estão relacionadas no quadro seguinte.

### Ações de publicidade Legal – 2022

| Programa<br>Ação<br>Orçamentária | Nº Contrato/<br>Ordem de<br>Execução de<br>Serviço | Vigência               | Valores R\$       |                   |
|----------------------------------|--|------------------------|-------------------|-------------------|
|                                  |  |                        | Empenhados        | Pagos             |
| Publicidade<br>Legal             | 03/2017  | 30.3.2021<br>29.3.2022 | 175.000,00        | 12.224,41         |
|                                  | 02/2022  | 30.3.2021<br>29.3.2023 | 525.000,00        | 231.231,85        |
|                                  | 10/2021  | 7.10.2021<br>6.10.2026 | 120.000,00        | 84.738,08         |
| <b>TOTAL</b>                     |  |                        | <b>820.000,00</b> | <b>328.194,34</b> |

**Os contratos firmados estão disponíveis no sítio eletrônico  
[www.emgea.gov.br](http://www.emgea.gov.br) > Acesso à Informação > Licitações e Contratos.**



## GESTÃO PATRIMONIAL E DE INFRAESTRUTURA

A Emgea não possui imóveis da União sob sua responsabilidade. Mantém sua sede em Brasília, em imóvel locado. As despesas em 2022 foram as seguintes:

Aluguel: R\$ 2.177.518,48; e

Manutenção predial: R\$ 389.786,46.

## GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O modelo de governança de TI adotado pela Emgea conta com uma unidade organizacional responsável pela gestão do processo de tecnologia da informação (a Superintendência de Tecnologia - Sutech) e com comitês que atuam como órgãos de apoio à gestão, sendo:

- Comitê Executivo de Tecnologia da Informação - Ceti;
- Comitê Gestor de Tecnologia da Informação - CGTI; e
- Comitê de Segurança da Informação, Proteção de Dados Pessoais e Privacidade - CSI.

O Ceti é um comitê estratégico e tem na sua composição todos os membros da Diretoria Executiva e os coordenadores do CGTI e do CSI –, destinado a auxiliar a tomada de decisões relativas a práticas de governança de tecnologia da informação.

O CGTI é um comitê tático, composto por Superintendentes e equivalentes, que tem como objetivo assessorar, no nível tático, a tomada de decisões relativas a práticas de governança de tecnologia da informação.

O CSI é também um comitê tático, composto por todos Superintendentes e equivalentes e o Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais, que tem como objetivo assessorar, no nível tático, a tomada de decisões relativas a práticas de segurança da informação, Proteção de Dados Pessoais e Privacidade.

Para o gerenciamento dos ativos e dos serviços de tecnologia da informação, a Empresa conta com uma infraestrutura alinhada com as inovações utilizadas no mercado. Essa estrutura permite a produção e a otimização de ferramentas para o suporte à gestão dos seus processos e produtos, além do monitoramento de sistemas, serviços e ativos utilizados no ambiente de tecnologia.

Ao longo do ano de 2022 foram realizadas importantes melhorias nos sistemas corporativos e na infraestrutura de TI, alinhadas com os objetivos estratégicos.

Merecem destaque:

- A evolução e o aprimoramento da plataforma de negócios (Sisgea), permitindo a continuidade da internalização de carteiras de créditos;
- Gestão de serviços de terceiros (administração e alienação de imóveis, escritórios de advocacia, agentes fiduciários, despachantes, peritos, seguradoras, administradora do FCVS, empresa de impressão e postagem);
- Gestão de atendimento ao mutuário/devedor via Portal Emgea;
- Gestão operacional e contábil das dívidas oriundas de carteiras de créditos imobiliários integrada aos módulos do Erp Totvs RM;
- Suporte e extração de informações para subsidiar Leilão das carteiras;
- A disseminação da cultura de segurança da informação com foco em riscos cibernéticos;
- Aprimoramento dos mecanismos de segurança da informação através da análise de vulnerabilidades e teste de invasão no ambiente de tecnologia;
- Atualização dos recursos de memória dos computadores das estações de trabalho e notebooks;
- A atualização de políticas e normativos de tecnologia da informação e segurança da informação para adequação às leis vigentes.



## RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Ciente da importância da participação do setor público na inclusão social e na gestão ambiental, e em linha com o disposto no Decreto nº 5.940/2006, a Emgea conta com uma Comissão de Responsabilidade Socioambiental - CRSA.

A CRSA, vinculada à Diretoria Executiva, atua como órgão de apoio à gestão em assuntos relacionados à responsabilidade socioambiental.

Em 2022 foi priorizada a tramitação de documentos por meio eletrônico, havendo assim redução na produção de documentos em meio físico e a consequente diminuição de papéis a serem descartados.

Houve uma redução de papéis de cerca de 23,78% (de 2020 a 2022), em relação ao período antes da pandemia (de 2017 a 2019).

O material reciclável da Empresa é coletado pelo Serviço de Limpeza Urbana - SLU/DF e repassado a cooperativas ou associações de catadores do Distrito Federal, em conformidade com a Lei Distrital nº 3.890, de 7.7.2006.

Com o objetivo de inserir estudantes no mercado de trabalho, a Emgea manteve em seus quadros cinco menores aprendizes e seis estagiários, ao longo de 2022.

## CONSULTORIA JURÍDICA

Para o gerenciamento dos processos judiciais, internalizados ao longo do ano de 2021, a Emgea conta com o Sisgea, módulo “contencioso”, mediante o qual controla a integralidade dos atos praticados pelos escritórios jurídicos terceirizados. O sistema de remuneração dos escritórios é vinculado aos atos praticados, que dependem de prévia autorização para execução e posterior comprovação do cumprimento adequado para efetiva remuneração. O não cumprimento do ato ou o seu cumprimento irregular implica a ausência de remuneração do escritório terceirizado.

Com essa sistemática, de prévia autorização para remuneração dos atos praticados, é possível acompanhar, via relatórios do próprio Sisgea, a produtividade de cada escritório, bem como a conformidade dos serviços realizados.

Merece destaque, ainda, a qualificação das informações judiciais das ações que a Emgea faz parte, complementando no sistema Sisgea informações relevantes, como tipo de processo (eletrônico/físico), fase processual, valor da causa, instâncias, partes e processo encerrado (contendo classificação, data e motivo do encerramento).

Considerando os 42.246 processos ativos dos 74.351 processos internalizados, 35.010 estão baixados e outros 953 em vias de serem baixados, encontrando-se assim 47,09% concluída.

## GESTÃO DE INFORMAÇÕES E CONTROLE

A inclusão no PND levou a Diretoria da Emgea a designar a Gerência de Informações e Controles - Geinc como responsável para coordenar o levantamento de dados operacionais e realizar a intermediação de informações junto às áreas internas e a órgãos externos.

Além disso, a gestão de informações apresentou significativa evolução. A Emgea hoje possui ferramentas de BI (Business Intelligence) e processo de produção de informações gerenciais para atender às áreas de negócios.

O ambiente de informações gerenciais conta hoje com recursos para disponibilização de relatórios e painéis que permitem o acompanhamento e análise dos negócios das carteiras da Emgea.

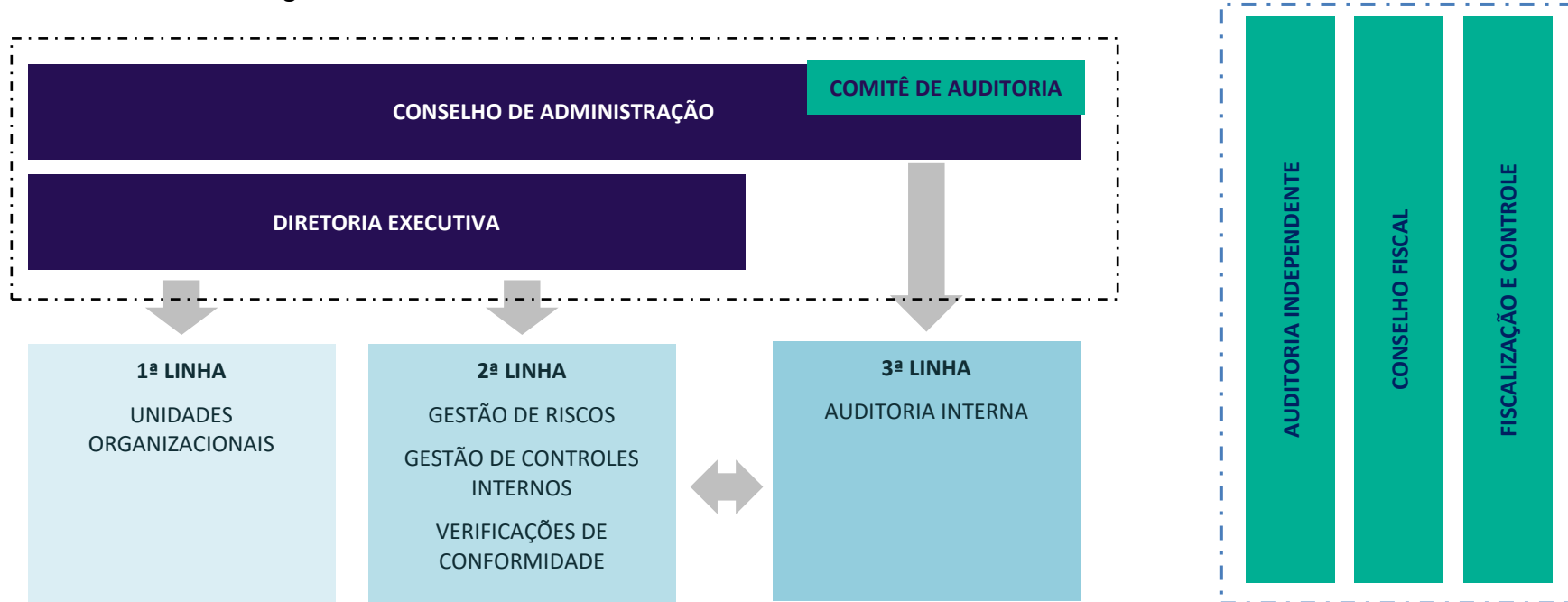
Foram desenvolvidos painéis de acompanhamento dos negócios da Carteira Comercial PF com atualizações diárias de informações de arrecadação, posição da carteira, desempenho das assessorias, projeções de resultado e acompanhamento de estratégias implementadas.

# **RISCOS, CONFORMIDADE E PERSPECTIVAS**



# ESTRUTURA DE GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

Aderente às exigências da legislação e regulamentação vigentes e alinhada com as melhores práticas de mercado, a Emgea adota uma estrutura de gestão de riscos e controles internos organizada em linhas:



**1ª linha**

Todas as unidades organizacionais vinculadas às Diretorias e ao Diretor-Presidente. Cada uma das unidades é responsável por identificar, analisar, avaliar, monitorar e comunicar os riscos inerentes à sua área de atuação e por implementar ações de controle para mitigá-los.

**2ª linha**

Superintendência de Controles Internos e Riscos é responsável pela gestão de riscos, controles internos e verificação de conformidade, diretamente vinculada ao Diretor-Presidente e com atuação independente em relação às demais unidades organizacionais.

**3ª linha**

Auditoria Interna, vinculada por meio do Comitê de Auditoria ao Conselho de Administração, ao qual se reporta diretamente, é responsável por aferir a adequação dos controles internos e a efetividade do gerenciamento dos riscos.

As avaliações independentes realizadas pelo Comitê de Auditoria, pelo Conselho Fiscal, pela auditoria independente e pelos órgãos de fiscalização e controle fornecem subsídios para aprimoramento das práticas organizacionais, inclusive dos controles internos e gerenciamento de riscos.



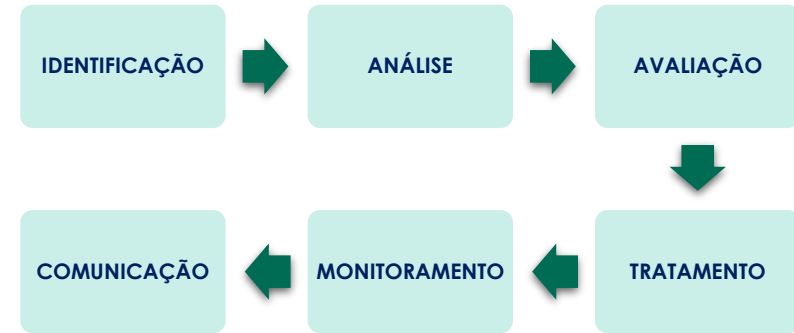


## GESTÃO DE RISCOS

A gestão de riscos integra a estrutura de controles internos, tendo como **objetivos**:

|  |   |   |
|--|---|---|
| Assegurar que os responsáveis pela tomada de decisão, em todos os níveis da Emgea, tenham acesso tempestivo a informações suficientes quanto aos riscos aos quais a Empresa está exposta | Aumentar a probabilidade de atingimento dos objetivos da Empresa, reduzindo os riscos a níveis aceitáveis               | Melhorar a capacidade de identificar riscos e definir as respostas adequadas, tanto na definição de estratégias e objetivos estratégicos como na gestão dos processos organizacionais |
|  | Reduzir os riscos a níveis aceitáveis   |   |
| Contribuir para a redução de imprevistos e dos custos ou prejuízos a eles associados   | Preparar a Empresa para aproveitar oportunidades, considerando tanto os aspectos positivos do risco quanto os negativos | Aumentar a capacidade de prever mudanças nos cenários internos e externos e responder adequadamente a estas mudanças, com vistas a assegurar a longevidade da Empresa                 |
| Melhorar a alocação de recursos, a eficiência operacional e os processos organizacionais   |   |   |

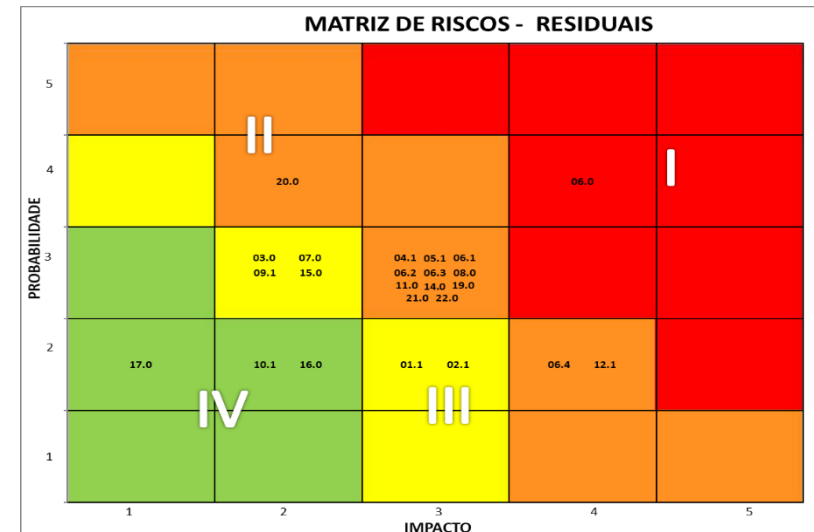
Como mecanismo para a gestão de riscos, é adotado um **processo**, cujas etapas abrangem:



Os resultados das etapas de identificação e de avaliação alimentam uma Matriz de Riscos que, considerando os níveis de probabilidade (possibilidade de materialização de um determinado evento de risco) e de impacto (efeito da ocorrência do evento de risco), auxilia na identificação dos riscos estratégicos, ou críticos, assim considerados aqueles que podem comprometer o alcance dos objetivos e do propósito da Empresa, hierarquizando-os em graus de exposição (extremo, alto, médio ou baixo).

### MATRIZ DE RISCOS - POSIÇÃO 31.12.2022

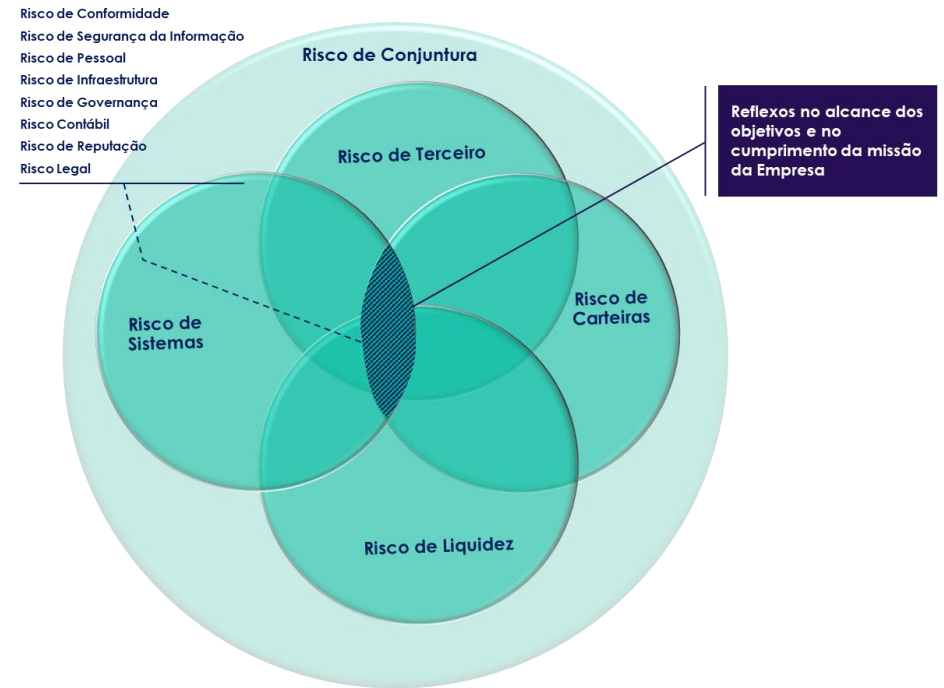
Apresentamos abaixo os resultados das Matriz de riscos no encerramento do exercício de 2022.





| Código | Risco                                   | Natureza    | Tipologia   | Residual |
|--------|---|-------------|-------------|----------|
| 01.1   | Risco de compras e contratações         | Corporativo | Operacional | MÉDIO    |
| 02.1   | Risco de privacidade                    | Corporativo | Operacional | MÉDIO    |
| 03.0   | Risco de conjuntura                     | Estratégico | Estratégia  | MÉDIO    |
| 04.1   | Risco legal                             | Estratégico | Legal       | ALTO     |
| 05.1   | Risco de conformidade                   | Estratégico | Operacional | ALTO     |
| 06.0   | Risco de carteiras - Imobiliários PF    | Estratégico | Operacional | EXTREMO  |
| 06.1   | Risco de carteiras - Imóveis Não de Uso | Estratégico | Operacional | ALTO     |
| 06.2   | Risco de carteiras - FCVS               | Estratégico | Operacional | ALTO     |
| 06.3   | Risco de carteiras - Comercial          | Estratégico | Operacional | ALTO     |
| 06.4   | Risco de carteiras - Pessoa Jurídica    | Estratégico | Operacional | ALTO     |
| 07.0   | Risco tributário                        | Corporativo | Operacional | MÉDIO    |
| 08.0   | Risco contábil                          | Estratégico | Operacional | ALTO     |
| 09.1   | Risco de tesouraria                     | Corporativo | Financeiro  | MÉDIO    |
| 10.1   | Risco orçamentário                      | Corporativo | Financeiro  | BAIXO    |
| 11.0   | Risco de governança                     | Estratégico | Estratégia  | ALTO     |
| 12.1   | Risco de reputação                      | Estratégico | Reputação   | ALTO     |
| 14.0   | Risco de infraestrutura                 | Estratégico | Operacional | ALTO     |
| 15.0   | Risco de integridade                    | Corporativo | Operacional | MÉDIO    |
| 16.0   | Risco de liquidez                       | Estratégico | Financeiro  | BAIXO    |
| 17.0   | Risco de mercado                        | Corporativo | Financeiro  | BAIXO    |
| 19.0   | Risco de pessoal                        | Estratégico | Operacional | ALTO     |
| 20.0   | Risco de segurança da informação        | Estratégico | Operacional | ALTO     |
| 21.0   | Risco de sistemas                       | Estratégico | Operacional | ALTO     |
| 22.0   | Risco de terceiro                       | Estratégico | Operacional | ALTO     |

## Integração dos riscos estratégicos em 31.12.2022.



## PRINCIPAIS RISCOS [NÍVEIS ALTO E EXTREMO EM 31.12.2022]

Foram avaliados como Alto ou Extremo os riscos operacionais, em função da internalização da operacionalização dos contratos de créditos, com a consequente absorção de novos processos antes conduzidos pela Caixa, impactando diretamente o negócio da Empresa e os riscos legais, estratégicos e de reputação.

| Riscos Operacionais  | Fonte   | Mitigação   |
|--|---------|---|
| ✘ Risco de Carteiras - Degradação de créditos adquiridos e das garantias a eles vinculadas” (similar ao “risco de crédito”, característico de empresas que concedem créditos). | Interna | <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Monitoramento contínuo pela Diretoria Executiva da arrecadação, como subsídio para a adoção, se for o caso, de medidas para incremento da recuperação de créditos.</li> <li>✓ Internalização dos contratos de créditos comerciais, FCVS, perante Pessoa Jurídica, contratos de crédito imobiliários perante Pessoas Físicas e imóveis não de uso.</li> </ul> |



| Riscos Operacionais   | Fonte   | Mitigação   |
|---|---------|---|
|   |         | <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Contratação de novas empresas terceirizadas visando a diversificação dos fornecedores de serviços (cobrança de créditos e administração e venda de imóveis não de uso), bem como o credenciamento de escritórios de advocacia para atuar nas esferas administrativa e judicial.</li> </ul>   |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>✗ Risco de Terceiro - Serviços prestados por terceiros ou produtos adquiridos sem os requisitos de qualidade contratados e esperados, ou não entregues nas datas previstas.</li> </ul> | Externa | <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Definição de políticas, normas e procedimentos específicos, bem como a avaliação da atuação das empresas prestadoras de serviços.</li> <li>✓ Inclusão de cláusulas específicas nos contratos firmados com as prestadoras de serviços;</li> <li>✓ Rotinas instituídas nas unidades organizacionais para avaliar se os serviços são executados em conformidade com o pactuado;</li> <li>✓ Contratação de novas empresas terceirizadas visando a diversificação dos fornecedores de serviços (cobrança de créditos e administração e venda de imóveis não de uso), bem como o credenciamento de escritórios de advocacia para atuar nas esferas administrativa e judicial.</li> </ul> |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>✗ Risco de Conformidade - Falha no cumprimento de leis; de regulamentos; de políticas, normas e decisões da Empresa.</li> </ul>  | Interna | <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Monitoramento contínuo pela Diretoria Executiva do cronograma de alienação das carteiras de créditos, bem como ao início do processo de cisão parcial, de incorporação pela Caixa e de dissolução societária da Emgea.</li> </ul>  |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>✗ Risco Contábil - Inadequações nas operações e reportes contábeis.</li> </ul>   | Interna | <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Aprimoramento dos processos internos e políticas, normas e procedimentos específicos;</li> <li>✓ Disponibilização de funcionalidades nos sistemas corporativos para automatização de atividades manuais.</li> </ul>  |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>✗ Risco de Pessoal - Comprometimento da capacidade da força de trabalho envolvendo a contratação, o gerenciamento, a</li> </ul>  | Interna | <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Aprimoramento dos processos internos e políticas, normas e procedimentos específicos;</li> <li>✓ Dimensionamento da força de trabalho qualificada.</li> </ul>  |

| Riscos Operacionais  | Fonte   | Mitigação  |
|--|---------|--|
| capacitação e o desligamento de colaboradores.   |         |  |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>✗ Risco de Sistemas - Sistemas com programações tecnológicas que resultem em registro, processamento ou reporte de dados inválidos, incompletos ou em desacordo com as necessidades da gestão.</li> </ul> | Interna | <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Priorização pelos gestores das especificações e homologações das funcionalidades no SISGEA.</li> <li>✓ Disponibilização de funcionalidades nos sistemas corporativos para automatização de atividades manuais.</li> </ul>                       |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>✗ Risco de Infraestrutura - Inadequação da estrutura física, logística ou tecnológica.</li> </ul>   | Interna | <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Avaliação das demandas de armazenamento de documentos pela unidade responsável pela gestão documental da Empresa.</li> <li>✓ Disponibilização de funcionalidades nos sistemas corporativos para automatização de atividades manuais.</li> </ul> |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>✗ Risco de Segurança da Informação - Quebra de confidencialidade, integridade, disponibilidade e autenticidade da informação.</li> </ul>  | Interna | <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Avaliação das demandas de armazenamento de documentos pela unidade responsável pela gestão documental da Empresa.</li> </ul>  |

| Risco Legal   | Fonte   | Mitigação  |
|---|---------|--|
| <ul style="list-style-type: none"> <li>✗ Risco Legal - <i>Sanções decorrentes de decisões contrárias à Emgea em litígio judicial ou extrajudicial.</i></li> </ul> | Interna | <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Análise os atos anteriormente praticados nos processos tanto pela Caixa quanto pelos escritórios jurídicos a fim de imputar eventuais sanções contratuais e/ou prejuízos.</li> <li>✓ Elaboração de nova contratação de escritórios jurídicos com revisão dos critérios de credenciamento anteriormente utilizados.</li> </ul> |

| Risco Estratégico  | Fonte   | Mitigação   |
|--|---------|---|
| <ul style="list-style-type: none"> <li>✗ Risco de Governança - <i>Definição de processos e de estruturas inadequados para</i></li> </ul> | Interna | <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Estruturação de controles para monitoramento dos processos e definição de normas;</li> </ul> |



| Risco Estratégico                        | Fonte | Mitigação  |
|--|-------|--|
| o alcance dos objetivos organizacionais. |       | <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Dimensionamento da força de trabalho qualificada.</li> <li>✓ Disponibilização de funcionalidades nos sistemas corporativos.</li> <li>✓ Estruturação de canais de atendimento e o aprimoramento da comunicação com o cliente devedor.</li> </ul> |

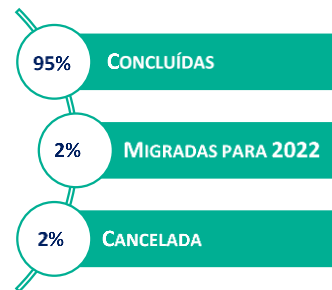
| Risco de Reputação   | Fonte   | Mitigação   |
|--|---------|---|
| <ul style="list-style-type: none"> <li>✗ Risco de Reputação - Eventos que possam comprometer a confiança da sociedade, de clientes,</li> </ul> | Interna | <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Estruturação de controles para monitoramento dos processos e definição de normas;</li> </ul> |

## CONTROLES INTERNOS

Foi elaborado para o ano de 2022 o Plano de Aprimoramento dos Controles Internos, a partir das verificações de conformidade realizadas e do monitoramento dos riscos.

O Plano de Aprimoramento dos Controles Internos - 2022 é composto por 41 ações, distribuídas nos seguintes temas:

| Temas   | Ações     |
|---|-----------|
| Governança  | 8         |
| Ética, integridade e conduta                        | 5         |
| Estratégia  | 1         |
| Políticas   | 1         |
| Normas e procedimentos                              | 6         |
| Registros e controles operacionais e contábeis      | 3         |
| Gestão de riscos, controles internos e conformidade | 9         |
| Transparência                                       | 8         |
| <b>TOTAL</b>  | <b>41</b> |



|  |   |
|--|---|
| <i>contrapartes, fornecedores, órgãos governamentais, supervisores ou colaboradores internos em relação à capacidade da Empresa de cumprir seu Propósito e sua Missão Institucional.</i> | <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Dimensionamento da força de trabalho qualificada.</li> <li>✓ Disponibilização de funcionalidades nos sistemas corporativos.</li> </ul> |
|--|---|

Trimestralmente os resultados dos trabalhos de verificação de conformidade e de gestão de riscos são reportados, por meio de relatórios, ao Comitê de Governança, Riscos e Controles; à Diretoria Executiva; ao Comitê de Auditoria e aos Conselhos de Administração e Fiscal.

As ações são reportadas trimestralmente ao:

- Comitê de Governança, Riscos e Controles;
- Diretoria Executiva;
- Comitê de Auditoria;
- Conselhos de Administração e Fiscal.

## AUDITORIA INTERNA

A Auditoria Interna tem como missão aumentar e proteger o valor da Empresa, fornecendo avaliação, consultoria, assessoria e conhecimento fundamentados em riscos.

Para a efetividade da Auditoria Interna, ela tem como princípios:

- estar alinhada com a missão, visão e objetivos estratégicos da Emgea;
- promover a melhoria organizacional;
- fornecer avaliações baseadas em risco;
- demonstrar qualidade e melhoria contínua;
- demonstrar integridade;



- (vi) demonstrar a proficiência e o zelo profissional devido;
- (vii) ser objetiva e livre de influências indevidas (independente);
- (viii) estar vinculada por meio do Comitê de Auditoria ao Conselho de Administração, ao qual se reporta diretamente;
- (ix) possuir recursos adequados; e
- (x) comunicar-se de modo efetivo.

#### AUDITORIAS REALIZADAS

| Nº      | Tema  | Status    |
|---------|---|-----------|
| 2022001 | Gestão financeira   | Concluída |
| 2022002 | Gestão de dados e informações   |           |
| 2021003 | Gestão e recuperação de créditos imobiliários perante pessoas físicas       |           |
| 2021004 | Gestão e Alienação de imóveis não de uso                                    |           |
| 2021005 | Gestão e recuperação de créditos perante pessoas jurídicas do setor privado |           |
| 2021006 | Gestão de Pessoas   |           |
| 2021007 | Gestão da estratégia, organização e comunicação                             |           |

#### OBJETIVOS

Considerando a missão e os princípios da Auditoria Interna, a estratégia da Emgea, refletida em seus objetivos, e os riscos a eles vinculados, a Auditoria Interna definiu seus próprios objetivos:

- oferecer avaliações e recomendações tempestivas que contribuam com uma estrutura de governança, gestão de riscos e controles internos adequada para o encaminhamento da Empresa para a liquidação.
- possuir um processo de auditoria interna efetivo e uma equipe com as competências necessárias para a qualidade das avaliações.

#### INDICADORES DE DESEMPENHO

Para esses objetivos, foram monitorados os seguintes indicadores:

| Indicadores  | Meta anual | Realizado 2022       |
|--|------------|----------------------|
| Recomendações de Auditoria Interna implementadas<br>[quanto maior melhor]<br>[quantidade de recomendações com prazo vencendo ou vencido em 31.12.2021 atendidas / quantidade de recomendações com prazo vencendo ou vencido em 31.12.2021] | 100%       | 89%<br>[Nota1]       |
| Execução do Plano Anual de Auditoria Interna - PAINT<br>[quanto maior melhor]<br>[quantidade de avaliações concluídas / quantidade de avaliações planejadas no PAINT 2022]   | 100%       | 100%                 |
| Melhoria da qualidade do processo de auditoria interna<br>[quanto maior melhor]<br>[quantidade de itens de qualidade concluídos / quantidade de itens de qualidade planejados]   | 100%       | 100%<br>[Nota2]      |
| Avaliação da Auditoria Interna pelo Comitê de Auditoria<br>[quanto maior melhor]<br>[resultado do preenchimento do questionário de avaliação da Auditoria Interna pelo Comitê de Auditoria]  | Adequada   | Adequada<br>[Nota 3] |

**Nota 1:** Refere-se a 16 recomendações atendidas e 1 cancelada por perda de objeto, das 19 que estavam com prazo vencendo ou vencido a partir de 31.12.2021. [Cálculo: 16/18]

**Nota 2:** Refere-se a 9 ações concluídas, das 9 previstas.

**Nota 3:** Tendo como critério o questionário de avaliação constante do item 4.3.3 do RAIN 2022, publicado sítio eletrônico da Emgea, que resultou em 91,23% dos itens respondidos como “sim” e “em sua grande maioria”.

**Os Relatórios Anuais de Atividades de Auditoria Interna – RAIN 2022 estão disponíveis no sítio eletrônico [www.emgea.gov.br](http://www.emgea.gov.br) > A Empresa > Governança Corporativa > Órgão de Governança > Auditoria Interna.**

## AUDITORIA INDEPENDENTE

A Empresa contratada para a realização de auditoria independente, Russell Bedford GM Auditores Independente S/S, emitiu o “Relatório circunstanciado sobre os procedimentos contábeis” e o “Relatório circunstanciado sobre os controles internos do ambiente de tecnologia da informação”, contendo as conclusões da auditoria sobre as principais contas patrimoniais e sobre a revisão do ambiente de tecnologia da





informação, em conexão com a elaboração das demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2021.

No “Relatório circunstanciado sobre os procedimentos contábeis - 2021” foram consignadas as recomendações, listadas a seguir, bem como as medidas a serem adotadas pela Administração da Empresa:

| Recomendação:   | Comentários da Administração:   |
|---|---|
| Realizar a parametrização correta no sistema Sisgea da segregação dos saldos entre circulante e não circulante, conforme expectativa de recebimento da carteira de crédito imobiliário. | <p><b>Administração:</b> A Emgea encontra-se em processo de automatização das suas rotinas operacionais e contábeis, por meio da internalização dos saldos e movimentações de créditos habitacionais em sistema próprio (Sisgea). O processo de automatização e aprimoramento das rotinas, dentre elas a segregação em Circulante e não Circulante, está ocorrendo por etapas, priorizadas entre as unidades envolvidas, de acordo com o planejamento estratégico da Emgea para 2022.</p> <p>SUCOR</p> <p><b>Comentários 2022:</b> Em julho foi elaborada Nota Técnica nº 216/SUCOR, de 19.7.2022, que apresenta diagnóstico situacional e propostas de encaminhamentos para a solução de pendências operacionais e contábeis existentes entre a Emgea e a Caixa, relacionadas a eventos operacionais, financeiros e contábeis pendentes de tratamento, conciliações e definições conjuntas pelas instituições e/ou internamente pela Emgea, decorrentes do processo de internalização, pela Emgea, de produtos e serviços antes prestados pela Caixa, bem como demais saldos pendentes de tratamento operacional apresentados nas DFs da Empresa.</p> <p>As pendências foram encaminhadas às áreas envolvidas para avaliação de pertinência, ratificação e proposição de priorizações necessárias para a regularização das pendências mapeadas e dos planos de ações a elas relacionados, sob a coordenação da SUCOR, com subsequente encaminhamento das propostas à deliberação da DIREX.</p> <p>Considerando que a automatização da rotina de segregação do Circulante e Não Circulante não impacta no processo de desestatização da Emgea, no âmbito do PND, bem como não tem impactos financeiros e é uma rotina que vem sendo realizada de forma manual pela SUCOR, com base nas projeções das áreas gestoras aprovadas no PDG,</p> |

| Recomendação:   | Comentários da Administração:   |
|---|---|
| Automatizar o controle realizado atualmente de forma manual sobre as despesas de manutenção de imóveis, de forma a garantir maior segurança nas informações e na geração de relatórios. Finalizar a validação da integridade dos dados e aprimoramento dos controles nos sistemas Totvs e Sisgea. | <p>bem como não tem impactos financeiros, ficou definido no âmbito dos trabalhos de definição do cronograma relativo às pendências de internalização, sob coordenação da ASSSES, que a implementação da referida rotina no sistema Sisgea não é prioridade. Portanto, a automatização da rotina encontra-se aguardando a definição de prioridade para implementação no sistema Sisgea.</p> <p><b>Administração:</b> A integração dos sistemas Totvs e Sisgea e a utilização do RM para os lançamentos das despesas dos imóveis (IPTU, Condomínio, Foro e taxas) estão previstas para ocorrer até junho de 2022. Observados os aspectos de conveniência e oportunidade, o atendimento da recomendação será avaliado de acordo com as prioridades do planejamento estratégico da Emgea para 2022.</p> <p><b>Comentários 2022:</b> Tendo em vista o momento da Empresa, não justifica o investimento necessário para integração dos sistemas Totvs e Sisgea. Porém, diante dos riscos apontados, foram reavaliados os controles, com vistas a melhorias e à mitigação das falhas.</p> <p>- No tocante a automatizar o controle realizado atualmente de forma manual sobre as despesas de manutenção de imóveis, de forma a garantir maior segurança nas informações e na geração de relatórios está sendo construído um Banco de Dados que visa conciliar o Sisgea e o RM financeiramente, para viabilizar o melhor controle das despesas e a mitigação das falhas operacionais.</p> <p>- Para finalizar a validação da integridade dos dados e aprimoramento dos controles nos sistemas Totvs e Sisgea está sendo desenvolvido trabalho em conjunto com as unidades envolvidas e a prestadora de serviços Totvs, de sorte a buscar entendimento da funcionalidade do sistema Totvs e adequá-lo da melhor forma as necessidades da área administrativa e vendas.</p> |
| Finalizar a validação da integridade dos dados e aprimoramento dos controles internos. Buscar a formalização do acordo de Cooperação Técnica com a Caixa (Caixa Econômica Federal) para o devido acesso e controle das  | <p><b>Administração:</b> O processo de automatização e aprimoramento das rotinas, informações e controles está ocorrendo por etapas, priorizadas entre as unidades envolvidas, de acordo com o planejamento estratégico de 2022. Em relação à formalização do Acordo de Cooperação Técnica com a Caixa, a equipe técnica da Emgea vem envidando esforços para finalizar sua Minuta. Considerando que o documento se refere a uma diversidade de assuntos, não apenas a acesso e controle de documentação, algum item vem sendo intensamente</p>   |



| Recomendação:  | Comentários da Administração:  |
|----------------|--|
| documentações. | <p>discutidos entre as Empresas. Em 15.3.2022 a Caixa apresentou uma devolutiva que foi criticada pelas Unidades Operacionais naquilo que é da competência de cada uma. Em 28.3.2022, as áreas, em reunião técnica, apresentaram sugestão de Minuta a ser encaminhada à Caixa, com vista a avaliar o conteúdo, ratificando ou retificando o teor. Assim, a formalização do documento vem sendo buscada pelas Instituições, entretanto cumpre ressaltar que a assinatura do ACT não depende exclusivamente da Emgea, uma vez que também precisa ser negociado, aprovado e assinado pela Caixa, que possui dinâmica própria.</p> <p><b>Comentários 2022:</b> <i>A minuta do ACT foi construída e estava em fase de aprovação pelo jurídico da Caixa, porém, com a publicação da Resolução CPPI Nº 242, de 24 de junho de 2022, confirmou-se a necessidade de revisar o texto inicialmente previsto e ajustá-lo ao novo contexto, a motivação do acordo e ao novo escopo de cooperação entre Emgea e Caixa a ser adotado para cumprir a resolução. A resolução definiu ainda que as empresas iniciassem a preparação para a Cisão / Incorporação da Emgea pela Caixa, para o qual foi criado um grupo multidisciplinar com participantes das duas empresas e a revisão e o acompanhamento do ACT estão sob análise do Grupo de Trabalho do Projeto de Desestatização da Emgea. Realizada reunião com a Caixa em setembro onde ficou estabelecido que a Caixa instituiria seu GT para início dos</i></p> |

| Recomendação: | Comentários da Administração:   |
|---------------|---|
|               | <i>trabalhos conjuntos, porém, não houve atualização desde então.</i> |

Na “*Reemissão do Relatório circunstanciado dos auditores independentes sobre os controles internos do ambiente da tecnologia da informação - 2021*” foram consignadas duas recomendações, relacionadas abaixo, bem como as medidas a serem adotadas pela Administração da Empresa:

| Recomendação:   | Comentários da Administração:  |
|---|--|
| Solicitar ao gestor da informação classificar o PDTI, conforme a ISO 27001:2013, A.8.2.   | <i>Implementada com a revisão do PDTI, aprovado pelo Conselho de Administração em 21.7.2022.</i> |
| Revisar a política de gestão de mudanças, incluindo a aprovação do gestor de sistema/módulo após a implantação no ambiente de produção. | <i>Implementada. Publicado o normativo Gestão de Mudanças (TI.NOR.051.00).</i>                   |





## PERSPECTIVAS

Para o exercício de 2023, considerando a peculiaridade de a Emgea estar incluída no PND e a Resolução CPPI nº 242/2022 (Alterada e aprovada pela Resolução CPPI nº 256, de 20.9.2022), foram revisados a Estratégia e o Plano de Negócios.

Nesse contexto, foram estabelecidos os Pilares Estratégicos e os respectivos norteadores:

|                  | Dissolução Societária; Alienação de Ativos e Sustentabilidade Financeira   |
|------------------|--|
|                  | Norteadores  |
| <b>Finanças</b>  | Viabilizar o ingresso de recursos financeiros que permitam honrar os compromissos da Empresa e que mantenham a sustentabilidade financeira.  |
| <b>Processos</b> | Tratar pendências operacionais, financeira e contábeis que decorrentes da internalização de processo Caixa e das diretrizes das resoluções CPPI relacionadas à desestatização.               |
| <b>Clientes</b>  | Atuar no sentido de minimizar eventuais impactos negativos aos clientes, decorrentes da internalização de processo Caixa e das diretrizes das resoluções CPPI relacionadas à desestatização. |
| <b>Pessoas</b>   | Desenvolver estratégias de retenção e motivação de pessoas no contexto do processo de desestatização.  |

A Emgea tem o desafio de gerar caixa suficiente para pagar seus compromissos e manter a sua operação em funcionamento, considerando o desenrolar do processo de desestatização em andamento, conduzido pelo Ministério Supervisor, pela Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos (SEMPI) e pelo BNDES.

A continuidade e efetividade das novações de dívidas do FCVS (ativos da Emgea) pela União mostra-se como um importante fator de sustentação da liquidez da Empresa, com razoável perspectiva de ocorrer em 2023.

Os recursos originários das novações de dívidas do FCVS (Créditos da Emgea) são fundamentais para a viabilização do pagamento das significativas parcelas da dívida da Emgea perante o FGTS, com vencimentos relevantes previstos para junho e agosto de 2024, prorrogáveis para até dezembro de 2026, a critério do Agente Operador do FGTS (Caixa).

A Administração da Emgea continuará tratando como prioridade a eficiência operacional voltada à gestão de ativos de difícil recuperação, com contínua revisão de processos e aprimoramento de controles operacionais visando o aumento da produtividade e a redução de custos, além do constante esforço de contenção de despesas administrativas e de motivação do seu quadro de colaboradores.

# **ROL DE RESPONSÁVEIS**



| NOME                                   | PERÍODO DE RESPONSABILIDADE                       |   |         |                         | ATO FORMAL   |
|--|---|---|---------|-------------------------|--|
|  | Função Gerencial                                  | Natureza                                | Tipo    | Período                 |  |
| Rodrigo Brandão de Almeida             | Diretor-Presidente                                | Dirigente máximo                        | Titular | 22.8.2022 a 31.12.2022  | Eleito em reunião extraordinária do Conselho de Administração da Emgea, em 22.8.2022 - Ata nº 100.   |
| Fábio Rito Barbosa                     | Diretor-Presidente                                | Dirigente máximo                        | Titular | 1º.1.2022 a 21.8.2022   | Eleito em reunião extraordinária do Conselho de Administração da Emgea, em 12.11.2020 - Ata nº 76.<br>1º Recondução em reunião extraordinária do Conselho de Administração da Emgea, em 10.6.2022 - Ata nº 98.   |
| Marcus Vinicius Magalhães de Pinho     | Diretor - Diretoria Contábil e Financeira - DIFIN | Segundo nível de direção                | Titular | 1º.1.2022 a 31.12.2022  | Eleito em reunião extraordinária do Conselho de Administração da Emgea, em 19.11.2018 - Ata nº 64.<br>2º Recondução em reunião extraordinária do Conselho de Administração da EMGEA, em 11.11.2022 - Ata nº 103. |
| Maria Betânia Gonçalves Xavier         | Diretora - Diretoria de Administração - DIRAD     | Segundo nível de direção                | Titular | 1º.1.2022 a 31.12.2022  | Eleita em reunião extraordinária do Conselho de Administração da Emgea, em 10.12.2021 - Ata nº 91.<br>1º Recondução em reunião extraordinária do Conselho de Administração da EMGEA, em 2.6.2022 - Ata nº 97.    |
| Rodrigo Marques de Souza Dantas Mattos | Diretor - Diretoria Comercial - DICOM             | Segundo nível de direção                | Titular | 1º.1.2022 a 31.12.2022  | Eleito em reunião extraordinária do Conselho de Administração da Emgea, em 3.5.2021 - Ata nº 82.<br>1º Recondução em reunião extraordinária do Conselho de Administração da Emgea, em 11.11.2022 - Ata nº 103.   |
| Hamilton Valente da Silva Junior       | Diretor – Diretoria de Operações - DIOPE          | Segundo nível de direção                | Titular | 18.10.2022 a 31.12.2022 | Eleito em reunião extraordinária do Conselho de Administração da Emgea, em 5.10.2022 - Ata nº 102.   |
| Alexandre Oliveira Mota                | Diretor - Diretoria de Operações - DIOPE          | Segundo nível de direção                | Titular | 1º.1.2022 a 14.7.2022   | Eleito em reunião extraordinária do Conselho de Administração da Emgea, em 12.8.2019 - Ata nº 69.<br>2º Recondução em reunião extraordinária do Conselho de Administração da Emgea, em 10.6.2022 - Ata nº 98.    |
| Gustavo Sampaio de Arrochela Lobo      | Conselheiro-Presidente                            | Membro de colegiado com poder de gestão | Titular | 1º.1.2022 a 31.12.2022  | Eleito Conselheiro-Presidente na reunião ordinária do Conselho de Administração da Emgea, em 30.4.2020 - Ata nº 240.<br>2º Recondução na 14ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15.10.2021.            |
| Ana Carolina Tannuri Laferté Marinho   | Conselheira                                       | Membro de colegiado com poder de gestão | Titular | 1º.1.2022 a 31.12.2022  | Eleita na 11ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29.1.2021.<br>1º Recondução na 14ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15.10.2021.   |
| César Augusto Guimarães                | Conselheiro                                       | Membro de colegiado com poder de gestão | Titular | 1º.1.2022 a 31.12.2022  | Eleito na 14ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15.10.2021.   |
| Francisco Airton Bezerra Martins       | Conselheiro                                       | Membro de colegiado com poder de gestão | Titular | 16.3.2022 a 31.12.2022  | Eleito na 15ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15.3.2022.  |
| Francisco Eduardo de Holanda Bessa     | Conselheiro                                       | Membro de colegiado com poder de gestão | Titular | 1º.1.2022 a 31.12.2022  | Eleito na 6ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 3.10.2019.<br>1º Recondução na 13ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27.7.2021.   |
| Pedro Paulo Alves de Brito             | Conselheiro                                       | Membro de colegiado com poder de gestão | Titular | 1º.1.2022 a 31.12.2022  | Eleito na 5ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18.7.2019.<br>1º Recondução na 14ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15.10.2021.  |
| Rogério Rodrigues Bimbi                | Conselheiro                                       | Membro de colegiado com poder de gestão | Titular | 1º.1.2022 a 31.12.2022  | Eleito na 3ª Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 26.4.2019.<br>2º Recondução na 14ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15.10.2021.  |
| Bernardo de Souza Barbosa              | Conselheiro                                       | Membro de colegiado com poder de gestão | Titular | 1º.1.2022 a 15.3.2022   | Eleito na 4ª Assembleia Geral Ordinária e 8ª Extraordinária realizadas em 15.4.2020.   |



# RELATÓRIO DE INSTÂNCIA OU ÁREA DE CORREIÇÃO

No exercício de 2022:

- Foram apurados 4 indícios de fraudes, que após apresentados à Diretoria Executiva, foram remetidos às instâncias cabíveis e seguiram sendo monitorados. Não foi identificada a participação de colaboradores da EMGEA.
- Foi aberto um Procedimento Disciplinar, com julgamento e trâmites decorrentes realizados no exercício de 2023.
- Foram tratadas condutas denunciadas no âmbito da Comissão de Ética.
- Nenhum contrato foi rescindido nem deixou de ser renovado em decorrência de violações da Lei Anticorrupção.

MARIA BETÂNIA GONÇALVES XAVIER  
DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO

Este documento foi aprovado pelo Conselho de Administração em 27.4.2023 - Ata COSAD nº 276.

# PARECER DE COLEGIADO

Não existe disposição legal, normativa ou regimental determinando a emissão de parecer de colegiado previamente ao encaminhamento da prestação de contas ao TCU. O Relatório foi aprovado pelo Conselho de Administração em reunião de 27.4.2022, conforme disposto no Art. 31, inciso XVII do Estatuto Social da Emgea aprovado na 16ª AGE, de 19.4.2022.



Setor Bancário Sul Quadra 2 Bloco B Lote 18  
Ed. São Marcus - 70070-902 - Brasília - DF  
[www.emgea.gov.br](http://www.emgea.gov.br) - [emgea@emgea.gov.br](mailto:emgea@emgea.gov.br)